



RELATÓRIO & CONTAS

SEGUNDO TRIMESTRE E PRIMEIRO
SEMESTRE 2009

Do sucesso para novos desafios



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
PRINCIPAIS INDICADORES.....	4
BASES DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	5
ENVOLVENTE DE MERCADO	6
INFORMAÇÃO FINANCEIRA	9
1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	9
2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	10
3. ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL.....	16
4. <i>CASH FLOW</i>	18
5. INVESTIMENTO	19
INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	21
1. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO.....	21
2. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO	23
3. GAS & POWER	26
ACÇÃO GALP ENERGIA	29
EVENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009	30
EVENTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009	32
RECONCILIAÇÃO ENTRE VALORES IFRS E VALORES <i>REPLACEMENT COST</i>	
AJUSTADOS	33
1. RESULTADO OPERACIONAL <i>REPLACEMENT COST</i> AJUSTADO POR SEGMENTO	33
2. EBITDA <i>REPLACEMENT COST</i> AJUSTADO POR SEGMENTO	33
3. EVENTOS NÃO RECORRENTES.....	35
4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS TRIMESTRAIS	38
DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE	
DA INFORMAÇÃO APRESENTADA	39
ANEXOS	40
1. ÓRGÃOS SOCIAIS	40
2. DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS	41
3. CONTAS CONSOLIDADAS	42
4. RELATÓRIOS, OPINIÕES E PARECERES	99
5. INFORMAÇÃO ADICIONAL.....	102

SUMÁRIO EXECUTIVO

O resultado líquido *replacement cost* ajustado (RCA) da Galp Energia no primeiro semestre de 2009 registou um decréscimo de 52,7% para €101 milhões em relação ao período homólogo de 2008, com o contexto económico adverso a afectar negativamente o desempenho operacional. O resultado líquido RCA de €52 milhões no segundo trimestre representou, no entanto, uma melhoria de 5,4% face ao trimestre anterior.

O resultado no semestre foi influenciado pela queda do preço do *dated Brent* e pela deterioração das margens de refinação, que tiveram um efeito significativo nos resultados de Exploração & Produção e de Refinação & Distribuição, respectivamente. O segmento de negócio de Gas & Power foi, por sua vez, prejudicado por menores volumes vendidos de gás natural face ao primeiro semestre de 2008.

SÍNTESE DOS RESULTADOS – SEGUNDO TRIMESTRE E PRIMEIRO SEMESTRE 2009

- A produção *working interest* de crude baixou no primeiro semestre de 2009 para os 13,3 mil barris diários, menos 9,1% que no período homólogo de 2008, uma descida que ficou a dever-se a trabalhos de manutenção e aos cortes de produção dos países da OPEP; no segundo trimestre, a produção manteve-se sensivelmente ao mesmo nível que no trimestre anterior, nos 13,4 mil barris diários;
- A margem de refinação da Galp Energia caiu para Usd 2,1/bbl no primeiro semestre de 2009, menos 41,6% que no período homólogo do ano anterior, o que resultou, por um lado, da diminuição dos *cracks* dos destilados médios no mercado internacional, e por outro, do decréscimo do *spread* entre os crudes pesados e leves. Em comparação com o primeiro trimestre, a margem de refinação desceu Usd 1,2/bbl para Usd 1,6/bbl;
- O indicador de cobertura da actividade de refinação pela actividade de distribuição de

produtos petrolíferos subiu para 95,6% no primeiro semestre de 2009, face aos 70,1% do período homólogo de 2008; esta subida significativa ficou a dever-se, por um lado, à diminuição da produção na refinaria de Sines na sequência do incidente na fábrica de utilidades no primeiro trimestre do ano, e por outro, ao aumento dos volumes vendidos que resultou da aquisição das filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil. No segundo trimestre, este indicador foi de 86,9% face a 67,3% um ano antes;

- As vendas de gás natural no semestre baixaram 25,8% em relação ao período homólogo do ano anterior, para 2.189 milhões de metros cúbicos, o que se deveu sobretudo à quebra das vendas no mercado liberalizado, nomeadamente nos segmentos eléctrico e de *trading*; no segundo trimestre, as vendas recuperaram 3,7% face ao trimestre anterior, para 1.115 milhões de metros cúbicos;
- O EBITDA RCA teve uma quebra de 37,5% para os €281 milhões no primeiro semestre, em comparação com o período homólogo de 2008; o EBITDA RCA do segundo trimestre foi de €130 milhões;
- O resultado líquido RCA de €101 milhões no semestre equivaliu a €0,12 por acção com o segundo trimestre a contribuir com €0,06 por acção. O resultado líquido IFRS no semestre foi de €137 milhões, ou seja, €0,16 por acção.
- Do investimento de €264 milhões no primeiro semestre, 63,7% foi efectuado no segundo trimestre, com a maior parte a ser canalizada para o segmento de Refinação & Distribuição, nomeadamente para o projecto de conversão das refinarias.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores financeiros

Milhões de euros					Primeiro semestre			
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
399	171	(228)	(57,1%)	EBITDA	743	311	(433)	(58,2%)
211	115	(96)	(45,4%)	EBITDA RC ¹	444	260	(184)	(41,4%)
216	130	(86)	(39,8%)	EBITDA RCA²	449	281	(169)	(37,5%)
345	104	(241)	(69,8%)	Resultado operacional	621	169	(452)	(72,8%)
157	48	(109)	(69,2%)	Resultado operacional RC ¹	322	119	(203)	(63,1%)
148	57	(91)	(61,5%)	Resultado operacional RCA²	316	132	(185)	(58,4%)
250	93	(158)	(63,0%)	Resultado líquido	446	137	(309)	(69,4%)
112	52	(60)	(53,7%)	Resultado líquido RC ¹	218	96	(122)	(55,8%)
105	52	(53)	(50,5%)	Resultado líquido RCA²	214	101	(113)	(52,7%)

¹ Resultados *replacement cost* excluem efeito *stock*.

² Resultados *replacement cost* ajustados excluem efeito *stock* e eventos não recorrentes.

Indicadores de mercado

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
2,7	1,1	(1,6)	(59,5%)	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,7	2,0	0,4	22,9%
(1,7)	(0,6)	1,1	65,1%	Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos base de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	(2,0)	1,0	2,9	s.s.
61,0	27,6	(33,4)	(54,7%)	Preço de gás natural NBP do Reino Unido ² (GBP/therm)	57,1	37,2	(19,8)	(34,8%)
56,9	37,0	(19,9)	(35,0%)	Preço pool espanhola ² (€/MWh)	61,4	40,0	(21,4)	(34,8%)
121,4	58,8	(62,6)	(51,6%)	Preço médio <i>Brent dated</i> ³ (Usd/bbl)	109,1	51,6	(57,5)	(52,7%)
1,56	1,36	(0,2)	(12,7%)	Taxa de câmbio média ⁴ Eur/Usd	1,53	1,33	(0,2)	(12,9%)
4,93	1,51	(3 p.p.)	s.s.	Euribor - seis meses ⁴ (%)	4,71	1,81	(3 p.p.)	s.s.

¹ Fonte: Platts. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo das margens de Roterdão vide "Definições"

² Fonte: Bloomberg

³ Fonte: Platts

⁴ Fonte: Banco Central Europeu. Euribor 360

Indicadores operacionais

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
15,5	13,4	(2,2)	(13,9%)	Produção média <i>working interest</i> (kbb/dia)	14,7	13,3	(1,3)	(9,1%)
11,3	9,3	(2,0)	(17,7%)	Produção média <i>net entitlement</i> (kbb/dia)	10,6	8,9	(1,7)	(16,3%)
4,0	1,6	(2,4)	(59,6%)	Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	3,5	2,1	(1,5)	(41,6%)
3,6	3,2	(0,4)	(10,0%)	Matérias-primas processadas (milhões ton)	7,1	5,2	(1,9)	(26,6%)
2,3	2,8	0,5	21,8%	Vendas <i>oil</i> clientes directos (milhões ton)	4,6	5,6	1,0	21,1%
1.478	1.115	(364)	(24,6%)	Vendas de gás natural (milhões m ³)	2.950	2.189	(760)	(25,8%)
109	137	28	25,4%	Geração de energia eléctrica ¹ (GWh)	245	284	38	15,5%

¹ Inclui empresas que não consolidam mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa

BASES DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia relativas aos seis meses findos a 30 de Junho de 2009 e 2008 foram elaboradas em conformidade com as IFRS. A informação financeira referente à demonstração de resultados consolidados é apresentada para os trimestres findos em 30 de Junho de 2009 e em 30 de Junho de 2008 e para os semestres findos nessas mesmas datas. A informação financeira referente à análise da estrutura de capital é apresentada às datas de 30 de Junho de 2009, 31 de Março de 2009 e de 31 de Dezembro de 2008.

As demonstrações financeiras da Galp Energia são elaboradas de acordo com as IFRS e o custo das mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas é, desde 1 de Novembro de 2008, valorizado a CMP. A utilização deste critério de valorização pode originar volatilidade nos resultados em momentos de oscilação dos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas em *stocks*, sem que tal traduza o desempenho operacional da empresa. Este efeito é designado neste documento por *efeito stock*.

Outro factor que pode afectar os resultados da empresa sem ser um indicador do seu verdadeiro desempenho é o conjunto de eventos de natureza não recorrente tais como ganhos ou perdas na alienação de activos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação.

Com o objectivo de avaliar o desempenho operacional do negócio da Galp Energia, os resultados operacionais e os resultados líquidos *replacement cost* ajustados (RCA) excluem os eventos não recorrentes e o efeito *stock* por terem sido apurados pelo método do custo de substituição, designado *replacement cost*. Os resultados apresentados como *replacement cost*, *replacement cost* ajustados e as reconciliações entre estes e os valores IFRS, bem como toda a informação trimestral, apresentada neste relatório, não foram sujeitos a revisão limitada.

As actividades e os resultados da Galp Energia estão sujeitos aos riscos das circunstâncias concorrenciais, económicas, políticas, jurídicas, regulamentares, sociais, sectoriais, financeiras e dos negócios em geral se alterarem. Os investidores devem considerar cuidadosamente estes riscos uma vez que eles podem ter um efeito negativo substancial, separada ou conjuntamente, nos resultados das actividades da Galp Energia e na sua situação financeira. Para uma descrição detalha destes riscos consulte o Relatório e Contas 2008.

ENVOLVENTE DE MERCADO

BRENT

Ao longo do primeiro semestre de 2009, o *dated Brent* subiu 86,2%, um movimento que acelerou no segundo trimestre relativamente aos primeiros três meses do ano. O valor médio do *dated Brent* no semestre foi de Usd 51,6/bbl, 52,7% abaixo do período homólogo de 2008, quando os preços do petróleo atingiram níveis elevados.

No primeiro trimestre de 2009, o *dated Brent* evidenciou uma volatilidade pronunciada, primeiro com uma subida a reflectir as expectativas de cortes de produção da OPEP, depois com uma descida que resultou do enfraquecimento da procura e do aumento dos *stocks* e finalmente com uma nova subida a acompanhar um sentimento mais favorável relativamente à retoma da economia mundial.

No segundo trimestre, reforçou-se a tendência de subida do final do trimestre anterior, especialmente a partir do mês de Maio, em que o *dated Brent* atingiu um valor médio de Usd 58,8/bbl, ou seja, mais 32,4% que no trimestre anterior. A sustentar esta subida nos últimos dois meses do semestre estiveram a melhoria dos sinais macroeconómicos, o aumento de procura das refinarias após as paragens para manutenção, o início da *driving season* nos EUA e a manutenção dos objectivos de produção decidida pela OPEP no final de Maio.

PRODUTOS PETROLÍFEROS

No primeiro semestre do ano, o *crack* da gasolina teve um valor médio de Usd 13,9/bbl, 10,9% abaixo do verificado no semestre homólogo de 2008. Desde Dezembro de 2008, o *crack* deste produto teve subidas mensais consecutivas, com um valor médio mensal em Junho de Usd 20,8/bbl. A redução da oferta de gasolina que resultou duma menor utilização da capacidade das refinarias por causa da descida dos *cracks* dos destilados médios e o aumento da procura no segundo trimestre que resultou do início da *driving season* nos EUA foram factores determinantes para o aumento do *crack* da gasolina no semestre. O

aumento da procura de gasolina europeia pela Nigéria e pelo Médio Oriente e o aumento da procura de gasolina proveniente da Ásia pela África e pela costa Oeste dos EUA foram também factores que contribuíram para a subida do *crack*.

O *crack* do *diesel* teve, nos primeiros seis meses de 2009, uma quebra acentuada de 61,2% face ao período homólogo de 2008. A diminuição da procura mundial, na sequência da quebra de actividade nos sectores industrial e dos transportes, pressionou o *crack* durante os primeiros três meses do ano. Enquanto que em Abril o *crack* médio se manteve ao nível de Março, nos últimos dois meses do semestre o elevado nível de *stocks*, quer *onshore*, quer *offshore*, impediu a estabilização do *crack* do *diesel*.

No primeiro semestre do ano, o valor médio do *crack* do fuelóleo foi de Usd -13,8/bbl, uma variação favorável face ao ano anterior, quando o diferencial médio para o *dated Brent* tinha sido de Usd -37,9/bbl. Embora o *crack* do fuelóleo tenha beneficiado da baixa competitividade do gás natural e da menor produção de crudes mais pesados pela OPEP, o diferencial negativo acabou por agravar-se na segunda metade do semestre com o aumento do preço do *dated Brent*.

MARGENS DE REFINAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2009, os valores médios das margens *cracking* e *hydroskimming* situaram-se nos Usd 2,0/bbl e nos Usd -0,3/bbl, respectivamente, o que representou uma variação favorável de Usd 0,4/bbl e Usd 3,2/bbl, respectivamente, face ao valor médio do semestre homólogo de 2008. Apesar desta evolução no semestre, o segundo trimestre do ano foi menos favorável que o primeiro, com valores de Usd 1,1/bbl e Usd -1,6/bbl para as margens de *cracking* e *hydroskimming*, respectivamente. O aumento mais pronunciado do *dated Brent* no segundo trimestre de 2009, aliado à deterioração contínua dos *cracks* dos destilados médios, esteve na origem desta tendência de baixa. Os *cracks* de fuelóleo, apesar de favoráveis em comparação com o semestre homólogo de 2008,

não conseguiram sustentar a queda nos destilados médios, arrastando as margens de *hydroskimming* para terreno negativo, ou seja, com médias mensais negativas a partir de Março de 2009.

EUR/USD

Durante o primeiro semestre de 2009, a taxa de câmbio média do euro/dólar foi de Usd 1,33, ou seja, 12,9% inferior à do período homólogo de 2008 e 5,7% inferior à do segundo semestre de 2008. Enquanto que no início de Março o euro atingiu o valor mínimo de Usd 1,26, na segunda metade do semestre o euro encetou uma recuperação sustentada que o levou no início de Junho ao valor mais elevado do ano nos Usd 1,42. A desvalorização do dólar face ao euro deveu-se a um maior optimismo em relação à recuperação económica e consequente aumento do apetite por activos com maior risco em detrimento de activos considerados *safe-haven*, como é o caso do Usd.

MERCADO IBÉRICO

Em Portugal, o mercado de produtos petrolíferos de 5,2 milhões de toneladas no primeiro semestre de 2009 representou uma contracção homóloga de 2,1%. Por produto, o mercado de gasóleo aumentou 1,7% face ao primeiro semestre de 2008, para os 2,6 milhões de toneladas, enquanto que o mercado da gasolina e do jet contraíram 1,9% e 9,5% para 0,7 e 0,4 milhões de toneladas, respectivamente.

Enquanto que a variação negativa homóloga do mercado de produtos petrolíferos em Portugal no primeiro trimestre de 2009 foi de 3,6%, no segundo trimestre assistiu-se a uma recuperação face ao valor homólogo, com a diferença negativa a diminuir para 0,7%, com um volume de 2,6 milhões de toneladas. Por produto, as variações homólogas da gasolina, do *jet* e do gasóleo recuperaram, com destaque para este último produto, que atingiu um diferencial positivo em relação a 2008.

Em Espanha, o mercado de produtos petrolíferos caiu 6,2% face ao primeiro semestre de 2008, para os 30,0 milhões de toneladas.

No primeiro trimestre, o mercado espanhol de produtos petrolíferos teve uma redução homóloga de 6,1% para os 15,2 milhões de toneladas. As reduções atingiram as gasolinas, os gasóleos e os *jets*, com variações homólogas negativas de 6,9%, 7,2% e 16,5%, respectivamente. No segundo trimestre, a procura também se deteriorou, com uma variação homóloga negativa de 6,4%, para os 14,7 milhões de toneladas. Em relação ao segundo trimestre de 2008, as gasolinas tiveram uma quebra de 4,1%, para os 1,1 milhões de toneladas, enquanto que os gasóleos e os *jets* diminuíram 6,5% e 14,8%, para 6,5 e 1,0 milhões de toneladas, respectivamente.

O mercado português do gás natural diminuiu 12,5% no primeiro semestre de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior, para os 2.098 milhões de metros cúbicos. Esta quebra ficou a dever-se à menor procura dos produtores de electricidade, que utilizaram capacidade hídrica em detrimento da combustão de gás natural, especialmente no primeiro trimestre do ano, em consequência da maior pluviosidade. A redução da procura do segmento industrial teve origem no abrandamento da actividade económica.

No segundo trimestre do ano, o mercado do gás natural recuperou 3,4% em relação ao primeiro trimestre do ano, para os 1.066 milhões de metros cúbicos. Em termos homólogos, o mercado ainda teve uma descida de 7,9%, motivada pelo maior peso do carvão na geração de energia eléctrica e pela quebra da procura do segmento industrial.

Indicadores de mercado

Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
121,4	58,8	(62,6)	(51,6%)	Preço médio do <i>Brent dated</i> ¹ (Usd/bbl)	109,1	51,6	(57,5)	(52,7%)
36,4	8,8	(27,6)	(75,8%)	<i>Crack diesel</i> ² (Usd/bbl)	29,8	11,6	(18,2)	(61,2%)
17,4	18,2	0,8	4,7%	<i>Crack gasolina</i> ³ (Usd/bbl)	15,6	13,9	(1,7)	(10,9%)
(42,3)	(15,2)	27,1	64,0%	<i>Crack fuel óleo</i> ⁴ (Usd/bbl)	(37,9)	(13,8)	24,1	63,5%
2,7	1,1	(1,6)	(59,5%)	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,7	2,0	0,4	22,9%
(2,9)	(1,6)	1,3	44,6%	Margem <i>hydroskimming</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	(3,5)	(0,3)	3,2	91,6%
2,7	2,6	(0,0)	(0,7%)	Mercado <i>oil</i> em Portugal ⁵ (milhões ton)	5,3	5,2	(0,1)	(2,1%)
15,7	14,7	(1,0)	(6,4%)	Mercado <i>oil</i> em Espanha ⁶ (milhões ton)	32,0	30,0	(2,0)	(6,2%)
1.158	1.066	(91)	(7,9%)	Mercado gás natural em Portugal ⁷ (milhões m ³)	2.398	2.098	(300)	(12,5%)

¹ Fonte: *Platts*

² Fonte: *Platts*; *ULSD 10ppm NWE CIF ARA*. (até ao final do mês de Outubro de 2008 era *ULSD 50 ppm*)

³ Fonte: *Platts*; Gasolina sem chumbo, *NWE FOB Barges*

⁴ Fonte: *Platts*; 1% *LSFO*, *NWE FOB Cargoes*

⁵ Fonte: *DGEG*

⁶ Fonte: *Cores*. Em 2009 a informação para o mês de Junho é estimada a partir de valores acumulados até Maio. Os valores do segundo trimestre de 2008 e do primeiro semestre de 2008 foram corrigidos de modo a serem comparáveis com os respectivos valores apresentados para 2009, os quais incluem o segmento de bancas marítimas

⁷ Fonte: Galp Energia

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Milhões de euros								
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
4.044	2.866	(1.177)	(29,1%)	Vendas e prestações de serviços	7.537	5.793	(1.744)	(23,1%)
(3.646)	(2.704)	(942)	(25,8%)	Custos operacionais	(6.811)	(5.512)	(1.299)	(19,1%)
2	9	7	s.s.	Outros proveitos (custos) operacionais	17	29	12	68,5%
399	171	(228)	(57,1%)	EBITDA	743	311	(433)	(58,2%)
(54)	(67)	(13)	(24,0%)	D&A e provisões	(122)	(142)	19	15,8%
345	104	(241)	(69,8%)	Resultado operacional	621	169	(452)	(72,8%)
10	27	16	161,0%	Resultados de empresas associadas	22	44	22	98,2%
(0)	0	0	s.s.	Resultados de investimentos	(0)	0	0	s.s.
(4)	(15)	(11)	(240,2%)	Resultados financeiros	(14)	(33)	(20)	(144,1%)
351	116	(235)	(67,0%)	Resultados antes de impostos e interesses minoritários	629	180	(450)	(71,5%)
(100)	(22)	78	77,9%	Imposto sobre o rendimento	(180)	(40)	140	77,7%
(1)	(1)	(0)	(46,2%)	Interesses minoritários	(3)	(3)	0	0,8%
250	93	(158)	(63,0%)	Resultado líquido	446	137	(309)	(69,4%)
250	93	(158)	(63,0%)	Resultado líquido	446	137	(309)	(69,4%)
(138)	(41)	(97)	(70,5%)	Efeito <i>stock</i>	(228)	(40)	187	82,4%
112	52	(60)	(53,7%)	Resultado líquido RC	218	96	(122)	(55,8%)
(7)	(0)	7	99,7%	Eventos não recorrentes	(5)	5	9	s.s.
105	52	(53)	(50,5%)	Resultado líquido RCA	214	101	(113)	(52,7%)

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado líquido em IFRS no primeiro semestre de 2009 foi de €137 milhões, uma evolução negativa de €309 milhões face ao período homólogo que se deveu em parte a um efeito *stock* positivo menos pronunciado do que em 2008.

O resultado líquido RCA foi de €101 milhões, face a €214 milhões no primeiro semestre de 2008, uma variação motivada sobretudo por uma quebra dos resultados operacionais em todos os segmentos de negócio, embora atenuada por um maior contributo das empresas associadas e por uma diminuição da taxa efectiva de imposto em parte consequência de um menor valor de IRP.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre, o resultado líquido IFRS diminuiu 63,0% face ao período homólogo do ano

anterior, para os €93 milhões. Esta queda deveu-se, em parte a um efeito *stock* positivo inferior em €97 milhões em relação ao período homólogo, ou seja, €41 milhões.

Em termos RCA, a quebra do resultado líquido de 50,5% para €52 milhões relativamente ao trimestre homólogo reflectiu a deterioração do desempenho operacional causada essencialmente pelos resultados desfavoráveis dos negócios de Exploração & Produção e de Gas & Power, o que foi compensado em parte pela descida da taxa efectiva de imposto, devido ao menor valor de IRP. Relativamente ao trimestre anterior, o resultado líquido RCA melhorou 5,4%, impulsionado pela recuperação verificada nos negócios de Exploração & Produção e de Gas & Power.

2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Milhões de euros								
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
4.044	2.866	(1.177)	(29,1%)	Vendas e prestações de serviços	7.537	5.793	(1.744)	(23,1%)
(24)	-	24	s.s.	Eventos não recorrentes	(24)	-	24	s.s.
4.020	2.866	(1.153)	(28,7%)	Vendas e prestações de serviços ajustadas	7.512	5.793	(1.720)	(22,9%)
89	43	(46)	(52,0%)	Exploração & Produção	155	53	(101)	(65,6%)
3.563	2.589	(974)	(27,3%)	Refinação & Distribuição	6.620	5.100	(1.519)	(23,0%)
466	296	(170)	(36,6%)	Gas & Power	916	725	(191)	(20,9%)
30	34	4	14,0%	Outros	58	63	5	8,6%
(129)	(96)	33	25,8%	Ajustamentos de consolidação	(236)	(148)	87	37,0%

PRIMEIRO SEMESTRE

As vendas e prestações de serviços ajustadas baixaram 22,9% em relação ao primeiro semestre de 2008, para €5.793 milhões. Enquanto que no segmento de negócio de Exploração & Produção a quebra teve origem na descida do preço do crude, no segmento de negócio de Refinação & Distribuição a variação negativa foi causada pela contracção do mercado dos produtos petrolíferos em volume e preço nos mercados internacionais. Ainda assim, as vendas neste segmento de negócio foram positivamente afectadas pelas aquisições Ibéricas das ex-filiais da Agip e da ExxonMobil. Relativamente ao segmento de negócio de Gas & Power, as vendas e prestações de serviços foram afectadas negativamente pela diminuição dos volumes vendidos, consequência de uma quebra generalizada da procura, e também pela descida do preço do gás natural. Como exemplo, o

preço de referência do gás natural NBP do Reino Unido registou uma queda de 34,8% em termos homólogos.

SEGUNDO TRIMESTRE

As variações entre o segundo trimestre de 2009 e o período homólogo de 2008 foram negativas em todos os segmentos de negócio devido à quebra de volumes e preços que afectou os negócios de Refinação & Distribuição e de Gas & Power. De salientar que as vendas no segmento de negócio de Refinação & Distribuição tiveram o impacto positivo das aquisições Ibéricas das filiais da Agip e da ExxonMobil.

OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Milhões de euros								
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
2	9	7	s.s.	Outros proveitos operacionais líquidos	17	29	12	68,5%
8	5	(4)	(43,0%)	Eventos não recorrentes	8	(0)	(8)	s.s.
10	13	3	35,3%	Outros proveitos oper. líquidos ajustados	25	29	4	14,2%

Os outros proveitos operacionais líquidos do semestre aumentaram €12 milhões em relação ao período

homólogo, para €29 milhões. No primeiro semestre de 2008 foram contabilizados €9 milhões de custos

associados ao abandono de 10 blocos no *onshore* do Brasil, contabilizados como não recorrentes. Já no primeiro semestre de 2009, os eventos não recorrentes incluíram a contabilização de €7 milhões relacionados com quatro poços secos *onshore*, três na bacia de Espírito Santo e um na bacia de Sergipe Alagoas, que foram compensados por proveitos provenientes de indemnizações pelo incidente na refinaria de Sines. T

No segundo trimestre de 2009 os outros proveitos operacionais líquidos foram de €9 milhões e em termos ajustados de €13 milhões. Os eventos não recorrentes no segundo trimestre reflectem a contabilização do abate de poços secos no *onshore* do Brasil, parcialmente compensada por proveitos não recorrentes

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros								
Segundo trimestre				Primeiro semestre				
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
3.646	2.704	(942)	(25,8%)	Custos operacionais	6.811	5.512	(1.299)	(19,1%)
188	56	(132)	(70,3%)	Efeito stock	299	50	(249)	(83,2%)
3.835	2.760	(1.075)	(28,0%)	Custos operacionais RC	7.110	5.562	(1.548)	(21,8%)
(20)	(10)	10	s.s.	Eventos não recorrentes	(20)	(20)	(1)	s.s.
3.815	2.750	(1.065)	(27,9%)	Custos operacionais RCA	7.090	5.541	(1.549)	(21,8%)
3.815	2.750	(1.065)	(27,9%)	Custos operacionais RCA	7.090	5.541	(1.549)	(21,8%)
3.596	2.489	(1.107)	(30,8%)	Custo das mercadorias vendidas	6.645	5.024	(1.621)	(24,4%)
154	186	33	21,3%	Fornecimentos e serviços externos	309	364	56	18,1%
64	74	10	15,5%	Custos com pessoal	135	153	18	13,1%

PRIMEIRO SEMESTRE

Durante o primeiro semestre de 2009, os custos operacionais RCA diminuíram 21,8% em relação ao período homólogo de 2008 para €5.541 milhões, uma redução associada à diminuição do custo das mercadorias vendidas e apenas atenuada pelos aumentos dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com pessoal. As descidas dos preços do crude e do gás natural face ao período homólogo foram um factor determinante na diminuição do custo das mercadorias vendidas. O aumento homólogo dos fornecimentos e serviços externos reflectiu sobretudo os custos de €42 milhões associados à consolidação das ex-filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil. O aumento de 13,1% dos custos com o pessoal também teve origem na consolidação das ex-filiais ibéricas, que contribuíram com €24 milhões para esta rubrica.

Os eventos não recorrentes estão relacionados com o incidente na refinaria de Sines e com o programa de reestruturação do quadro de pessoal.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre do ano, os custos operacionais RCA diminuíram 27,9% e, à semelhança da análise semestral, a diminuição do custo das mercadorias vendidas foi atenuada pelos aumentos dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com pessoal na sequência da aquisição das ex-filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil, que tiveram um impacto de €19 milhões e €12 milhões, respectivamente.

O valor negativo de €10 milhões em eventos não recorrentes esteve relacionado com os custos associados à reestruturação do quadro de pessoal, sobretudo às reformas antecipadas nas áreas de Refinação & Distribuição e de Gas & Power.

EMPREGADOS

	Dezembro 31, 2008	Março 31, 2009	Junho 30, 2009	Varição vs Dez 31, 2008	Varição vs Mar 31, 2009
Exploração & Produção	70	75	77	7	2
Refinação & Distribuição	6.686	6.610	6.660	(26)	50
Gas & Power	476	473	470	(6)	(3)
Outros	585	588	590	5	2
Total de empregados <i>on site</i>	7.817	7.746	7.797	(20)	51
Empregados das estações de serviço	3.918	3.864	3.931	13	67
Total de empregados <i>off site</i>	3.899	3.882	3.866	(33)	(16)

No final de Junho de 2009, a Galp Energia tinha 7.797 empregados, dos quais 3.931 trabalhavam nas estações de serviço. A diminuição de 16 colaboradores

no número de empregados *off site* relativamente ao final de Março de 2009 refere-se essencialmente ao segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Milhões de euros					Segundo trimestre				Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.	2008	2009	Var.	% Var.
47	56	9	18,3%	Depreciações e amortizações	105	121	16	15,1%				
14	3	(12)	(81,9%)	Eventos não recorrentes	12	(1)	(13)	s.s.				
62	58	(3)	(5,3%)	Depreciações e amortizações ajustadas	117	120	3	2,6%				
62	58	(3)	(5,3%)	Depreciações e amortizações ajustadas	117	120	3	2,6%				
17	7	(10)	(56,8%)	Exploração & Produção	29	20	(8)	(29,2%)				
36	44	8	23,3%	Refinação & Distribuição	71	86	15	20,6%				
9	7	(2)	(23,6%)	Gas & Power	17	13	(3)	(20,3%)				
0	0	0	s.s.	Outros	0	0	0	45,4%				

PRIMEIRO SEMESTRE

As depreciações e amortizações aumentaram 15,1% face ao primeiro semestre de 2008, para €121 milhões, um montante próximo do valor ajustado para o mesmo período. As depreciações e amortizações ajustadas do segmento de negócio de Exploração & Produção desceram 29,2% em termos anuais, o que se deveu à revisão em alta das reservas *net entitlement* na sequência da descida do preço do crude. No segmento de Refinação & Distribuição esta rubrica aumentou €15 milhões para €86 milhões com a aquisição dos activos da Agip e da ExxonMobil e do

investimento relativo à paragem programada da refinaria de Sines que ocorreu no quarto trimestre de 2008. A diminuição das depreciações e amortizações no segmento de Gas & Power está sobretudo associada à prorrogação para 40 anos do contrato de concessão da actividade de distribuição de gás natural, até 2048.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre do ano, as depreciações e amortizações foram de €56 milhões e de €58 milhões

excluindo os eventos não recorrentes. A diminuição de eventos não recorrentes refere-se sobretudo à reversão de custos associados à perfuração de poços secos no *onshore* no Brasil, na sequência do seu abate contabilístico. Em termos ajustados, o segmento de negócio de Exploração & Produção foi aquele que mais desceu, 56,8%, após a quebra do preço do crude ter causado uma diminuição da taxa de amortização,

dada a revisão em alta das reservas *net entitlement*. Os segmentos de negócio de Refinação & Distribuição e Gas & Power apresentaram quedas percentuais em linha com as do semestre.

PROVISÕES

Milhões de euros					Primeiro semestre			
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
7	11	4	63,8%	Provisões	17	21	3	20,3%
(0)	4	4	s.s.	Eventos não recorrentes	(1)	9	10	s.s.
7	15	8	119,0%	Provisões ajustadas	16	29	13	79,9%
7	15	8	119,0%	Provisões ajustadas	16	29	13	79,9%
1	2	1	67,9%	Exploração & Produção	2	3	2	83,0%
(1)	6	7	s.s.	Refinação & Distribuição	0	12	12	s.s.
7	6	(1)	(9,8%)	Gas & Power	15	13	(2)	(11,9%)
(1)	0	1	s.s.	Outros	(1)	1	1	s.s.

No primeiro semestre de 2009 as provisões aumentaram 20,3% para €21 milhões em relação ao período homólogo de 2008. Os eventos não recorrentes no valor de €9 milhões estão relacionados com a reversão de provisões relativas a clientes e meio ambiente. As provisões ajustadas de €29 milhões no semestre englobam: (i) provisão referente

ao contrato de fornecimento de gás natural NLNG II, actualmente em renegociação, (ii) provisões para custos de abandono dos campos BBLT e Kuito no bloco 14 em Angola e (iii) provisões para clientes de cobrança duvidosa no negócio de distribuição de produtos petrolíferos e de gás natural.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Milhões de euros								
Segundo trimestre				Primeiro semestre				
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
345	104	(241)	(69,8%)	Resultado operacional	621	169	(452)	(72,8%)
(188)	(56)	132	70,3%	Efeito <i>stock</i>	(299)	(50)	249	83,2%
157	48	(109)	(69,2%)	Resultado operacional RC	322	119	(203)	(63,1%)
(9)	9	18	s.s.	Eventos não recorrentes	(5)	13	18	s.s.
148	57	(91)	(61,5%)	Resultado operacional RCA	316	132	(185)	(58,4%)
148	57	(91)	(61,5%)	Resultado operacional RCA	316	132	(185)	(58,4%)
52	20	(32)	(61,2%)	Exploração & Produção	94	21	(73)	(77,4%)
7	(9)	(16)	s.s.	Refinação & Distribuição	45	28	(18)	(38,9%)
85	38	(46)	(54,5%)	Gas & Power	170	71	(99)	(58,3%)
4	7	4	93,4%	Outros	8	12	5	59,2%

PRIMEIRO SEMESTRE

Os resultados operacionais em IFRS desceram 72,8% em relação ao período homólogo, para €169 milhões. Esta descida resultou em parte da diferença do efeito *stock* que no primeiro semestre de 2009 foi de €50 milhões e no período homólogo de 2008 foi de €299 milhões, o que se deveu à menor subida dos preços do crude e dos produtos petrolíferos em 2009.

O resultado operacional RCA diminuiu 58,4% em relação ao período homólogo, para €132 milhões, o que se deveu ao fraco desempenho dos três segmentos de negócio, um reflexo não só da envolvente económica adversa, como também da descida dos preços do crude, dos *cracks* dos produtos petrolíferos e do gás natural e do incidente na refinaria de Sines no primeiro trimestre de 2009. Estes efeitos foram no entanto atenuados pelo contributo positivo proveniente das aquisições ibéricas das filiais da Agip e ExxonMobil.

A contribuição de €12 milhões da rubrica Outros no primeiro semestre de 2009, traduz maioritariamente o efeito positivo do programa de redução de custos ao nível dos serviços corporativos, que têm como objectivo o apoio aos diferentes segmentos de negócio da Galp Energia, o qual será transferido nos próximos períodos aos respectivos negócios.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre do ano, o resultado operacional IFRS caiu 69,8% para os €104 milhões, em linha com a variação semestral. O resultado operacional RCA caiu 61,5% para €57 milhões, devido ao clima económico adverso que afectou negativamente o desempenho de todos os segmentos de negócio, embora atenuado pela contribuição proveniente das ex-filiais Ibéricas da Agip e ExxonMobil.

OUTROS RESULTADOS

Milhões de euros								
Segundo trimestre				Primeiro semestre				
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
10	27	16	161,0%	Resultados de empresas associadas	22	44	22	98,2%
(0)	0	0	s.s.	Resultados de investimentos	(0)	0	0	s.s.
(4)	(15)	(11)	s.s.	Resultados financeiros	(14)	(33)	(19)	s.s.

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado de empresas associadas no semestre subiu 98,2% face ao período homólogo do ano anterior, para €44 milhões. Para este resultado contribuíram os seguintes factores: (i) a consolidação pelo método de equivalência patrimonial da CLC anteriormente consolidada pelo método proporcional, com um contributo positivo de €5 milhões, (ii) os resultados das participações nos gasodutos internacionais (EMPL, Metragaz, Gasoducto Al Andalus e Gasoducto Extremadura), que contribuíram €22 milhões e (iii) a actividade da ex-filial da ExxonMobil em Portugal, que contribuiu €8 milhões.

As perdas financeiras agravaram-se para os €33 milhões, sobretudo devido ao aumento dos custos financeiros que resultou do aumento da dívida média de €848 milhões no primeiro semestre de 2008 para os €2.244 milhões no primeiro semestre de 2009, apesar de o custo médio da dívida ter diminuído 1,54 p.p., para 3,49%.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2009, os resultados das empresas associadas aumentaram €16 milhões para €27 milhões, o que se deveu: (i) à consolidação através de equivalência patrimonial da CLC, contribuindo esta com €2 milhões para o resultado no trimestre, (ii) aos resultados das participações dos gasodutos internacionais no valor de €11 milhões e (iii) aos resultados da actividade da ex-filial da ExxonMobil em Portugal no valor de €8 milhões, incluindo uma mais-valia de €6 milhões na venda dum terreno, considerada como não recorrente.

As perdas financeiras aumentaram para €15 milhões com o aumento da dívida média face ao período homólogo de 2008, o que teve um efeito negativo no montante dos juros suportados.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)								
Segundo trimestre				Primeiro semestre				
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
100	22	(78)	(77,9%)	Imposto sobre o rendimento em IFRS¹	180	40	(140)	(77,7%)
28%	19%	(9 p.p.)	s.s.	Taxa efectiva de imposto	29%	22%	(6 p.p.)	s.s.
(50)	(15)	(35)	s.s.	Efeito stock	(72)	(10)	(61)	s.s.
50	7	(43)	(86,2%)	Imposto sobre o rendimento RC¹	109	30	(79)	(72,3%)
(2)	3	5	s.s.	Eventos não recorrentes	(1)	3	3	s.s.
48	10	(38)	(79,9%)	Imposto sobre o rendimento RCA¹	108	33	(76)	(69,8%)
31%	15%	(16 p.p.)	s.s.	Taxa efectiva de imposto	33%	24%	(9 p.p.)	s.s.

¹Inclui IRP a pagar em Angola.

PRIMEIRO SEMESTRE

O imposto sobre o rendimento em IFRS diminuiu 77,7% em relação ao primeiro semestre de 2008, para €40 milhões. Em RCA, a diminuição em relação ao período homólogo foi de 69,8%, para os €33 milhões. Esta redução deveu-se à quebra dos resultados operacionais e à diminuição do IRP devido em Angola para os €12 milhões, ou seja, €40 milhões abaixo do

valor do primeiro semestre de 2008. A taxa efectiva de imposto RCA baixou de 33,3% para 23,9% entre o primeiro semestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009. Sem considerar o efeito do IRP no imposto, a taxa efectiva RCA situar-se-ia nos 16,4%.

SEGUNDO TRIMESTRE

O imposto sobre o rendimento em IFRS no segundo trimestre de 2009 diminuiu 77,9% em relação ao período homólogo de 2008 para os €22 milhões. Em RCA, a diminuição foi de 79,9% para os €10 milhões. O IRP relativo a Angola foi de €6 milhões, significativamente abaixo dos €29 milhões do segundo trimestre de 2008. A taxa efectiva de imposto RCA foi de 15,3% face a 31,0% no período homólogo do ano anterior. A diminuição da taxa efectiva de imposto teve maior expressão no segundo

trimestre do que no total do primeiro semestre de 2009, o que se deveu fundamentalmente aos seguintes factos: (i) contabilização no trimestre de créditos fiscais de 2008 e (ii) aumento do contributo de resultados já tributados para o resultado antes de imposto em consequência da consolidação pelo método de equivalência patrimonial das empresas que consolidavam até final de 2008 pelo método proporcional.

3. ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)					
	Dezembro 31, 2008	Março 31, 2009	Junho 30, 2009	Variação vs Dez 31, 2008	Variação vs Mar 31, 2009
Activo fixo	3.881	3.698	3.824	(57)	126
<i>Stock</i> estratégico	480	595	603	123	7
Outros activos (passivos)	(29)	(48)	(82)	(52)	(34)
Fundo de maneo	(249)	162	(27)	222	(189)
	4.082	4.408	4.318	236	(89)
Dívida de curto prazo	687	636	242	(445)	(394)
Dívida de longo prazo	1.304	1.592	1.985	681	392
Dívida total	1.991	2.229	2.227	236	(2)
Caixa e equivalentes	127	86	126	(1)	40
Dívida líquida	1.864	2.143	2.101	237	(42)
Total do capital próprio	2.219	2.265	2.217	(1)	(47)
Capital empregue	4.082	4.408	4.318	236	(89)

No final do primeiro semestre, o activo fixo apresentava um aumento de €126 milhões face ao final do primeiro trimestre de 2009 em consequência dos investimentos realizados no segundo trimestre.

Por outro lado, a boa gestão do fundo de maneo contribuiu para a diminuição de €189 milhões nesta rubrica de investimento

Não obstante o aumento do preço dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais, o *stock* estratégico manteve-se estável em relação ao fecho do primeiro trimestre de 2009, o que se deveu a uma diminuição do volume das obrigações estratégicas.

DÍVIDA FINANCEIRA

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)

	Dezembro 31, 2008		Março 31, 2009		Junho 30, 2009		Variação vs Dez 31, 2008		Variação vs Março 31, 2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Obrigações	2	-	2	-	2	700	-	700	-	700
Dívida bancária	485	754	535	1.042	240	1.035	(245)	281	(294)	(8)
Papel comercial	200	550	100	550	-	250	(200)	(300)	(100)	(300)
Caixa e equivalentes	(127)	-	(86)	-	(126)	-	1	-	(40)	-
Dívida líquida	1.864		2.143		2.101		237		(42)	
Vida média (anos)	2,68		3,25		3,56		0,88		0,31	
<i>Net debt to equity</i>	84%		95%		95%		10,8 p.p.		0,1 p.p.	

A dívida líquida no final do primeiro semestre de 2009 era de €2.101 milhões, ou seja, menos €42 milhões que no final de Março de 2009 apesar do pagamento de €141 milhões de dividendos em Maio.

No final de Junho de 2009, o rácio *net debt to equity* mantinha-se inalterado nos 95% em relação a 31 de Março de 2009.

O prazo médio da dívida aumentou de 3,25 anos no final de Março de 2009 para 3,56 anos no final de Junho de 2009. Nesta data, 89,1% da dívida total era de longo prazo, em comparação com 71,4% no final de Março. Esta evolução reflectiu a emissão dum empréstimo obrigacionista de €700 milhões no segundo trimestre do ano, com uma maturidade até quatro anos.

A 30 de Junho de 2009, 35,7% da dívida de médio e longo prazo, estava contratada a taxa fixa.

O custo médio da dívida no primeiro semestre de 2009 foi de 3,49%, menos 1,54 p.p. que no período homólogo de 2008, na sequência da redução das taxas de juro de referência.

A dívida líquida atribuível aos interesses minoritários era, na mesma data, de €34 milhões.

4. CASH FLOW

Milhões de euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
345	104	Resultado operacional	621	169
47	56	Custos <i>non cash</i>	105	121
(22)	9	Variação de <i>stock</i> operacional	(87)	(57)
(194)	(7)	Variação de <i>stock</i> estratégico	(283)	68
177	162	Sub-total	357	301
(9)	(18)	Juros pagos	(18)	(33)
(46)	(9)	Impostos	(58)	(14)
(101)	180	Variação de fundo de maneo excluindo <i>stock</i> operacional	(29)	(125)
21	315	Cash flow de actividades operacionais	251	129
(112)	(169)	Investimento líquido ¹	(204)	(295)
(124)	(128)	Dividendos pagos / recebidos	(124)	(128)
1	23	Outros	(2)	56
(215)	42	Total	(78)	(237)

¹ Investimento líquido inclui investimentos financeiros

PRIMEIRO SEMESTRE

O *cash flow* negativo de €237 milhões aumentou €159 milhões face a 2008. Esta evolução deveu-se sobretudo à quebra dos resultados operacionais das actividades de Exploração & Produção e de Gas & Power e do investimento em fundo de maneo. O investimento em fundo de maneo de €125 milhões resultou essencialmente dos pagamentos a fornecedores no primeiro trimestre associados às aquisições das ex-filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil assim como do processo de arbitragem do contrato de GNL. O imposto pago reflectiu essencialmente o valor de €9 milhões referentes ao IRP do semestre, face aos €50 milhões pagos no primeiro semestre de 2008.

O aumento dos custos financeiros, resultou do aumento da dívida e levou ao aumento das saídas de fundos.

O *cash outflow* relacionado com operações de investimento aumentou de €204 milhões para €295 milhões em comparação com o período homólogo de 2008, principalmente devido à execução do projecto

de conversão no segmento de negócio de Refinação & Distribuição.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2009, o *cash flow* foi positivo em €42 milhões, contrariamente aos €215 milhões negativos no trimestre homólogo de 2008. A diminuição do resultado operacional foi compensada por uma diminuição do investimento em *stock* estratégico, devido à descida dos preços dos produtos petrolíferos. A redução das saídas de fundos para impostos deveu-se essencialmente à redução do IRP sobre as vendas efectivamente realizadas. No segundo trimestre de 2009, o montante de IRP pago foi de €4 milhões face aos €43 milhões pagos no período homólogo de 2008. A boa gestão do fundo de maneo afectou positivamente o *cash flow* de actividades operacionais que atingiu os €315 milhões.

O *cash outflow* de investimento esteve ligeiramente acima do valor homólogo, influenciado pelo aumento do investimento com o projecto de conversão.

No segundo trimestre o *cash flow* relacionado com dividendos foi negativo em €128 milhões,

maioritariamente devido ao pagamento de dividendos efectuado em Maio.

5. INVESTIMENTO

Milhões de euros								
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
54	39	(15)	(27,7%)	Exploração & Produção	118	72	(46)	(38,7%)
47	106	59	127,6%	Refinação & Distribuição	68	151	84	123,6%
17	22	6	33,5%	Gas & Power	30	39	9	28,2%
0	1	1	s.s.	Outros	0	2	1	s.s.
117	168	51	43,5%	Investimento	216	264	48	22,2%

PRIMEIRO SEMESTRE

O investimento de €264 milhões no primeiro semestre de 2009 distribuiu-se do seguinte modo pelos diversos segmentos de negócio: 57,3% em Refinação & Distribuição, 27,4% em Exploração & Produção e 14,7% em Gas & Power.

O investimento no segmento de negócio de Exploração & Produção incluiu €38 milhões em Angola, maioritariamente no Bloco 14, e relativos às actividades de desenvolvimento dos campos Tômbua-Lândana com €19 milhões e BBLT com €9 milhões. Nas actividades *offshore* no Brasil foram investidos €24 milhões, com a bacia de Santos a absorver €18 milhões, dos quais o campo Tupi representou €15 milhões. No *onshore* do Brasil, o investimento foi maioritariamente canalizado para a bacia de Potiguar. Paralelamente, foram investidos €6 milhões no bónus de assinatura da décima rodada de licitação de licenças de exploração no Brasil.

No segmento de negócio de Refinação & Distribuição os investimentos foram sobretudo canalizados para o projecto de conversão, que absorveu €83 milhões. Na actividade de distribuição de produtos petrolíferos foram investidos €21 milhões, dos quais €12 milhões em Portugal, €4 milhões em Espanha e o remanescente nas actividades em África.

O investimento no segmento de negócio de Gas & Power foi sobretudo dedicado à actividade de

distribuição de gás natural decorrente da ampliação da rede de distribuição em cerca de 294 km.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre do ano, o investimento atingiu os €168 milhões, com o segmento de negócio de Refinação & Distribuição a representar a maior parcela, ou seja, 63,0% do total. Os segmentos de negócio de Exploração & Refinação e Gas & Power contribuíram com 23,2% e 13,2%, respectivamente.

No segmento de negócio de Exploração & Produção os investimentos foram essencialmente canalizados para o Bloco 14 de Angola, nos campos Tômbua-Lândana e BBLT com cerca de €10 e €7 milhões, respectivamente, e para o Brasil com destaque para o campo *offshore* Tupi com €10 milhões. De salientar que neste campo tanto os custos de produção como a própria produção relacionados com o Teste de Longa Duração serão capitalizados durante esta fase de teste. Isto implica que será levada a investimento a diferença entre as receitas da venda de crude e os custos operacionais associados.

Os investimentos realizados no segmento de negócio de Refinação & Distribuição destinaram-se predominantemente ao projecto de conversão com €57 milhões e às actividades de distribuição de produtos petrolíferos com €12 milhões.

Os investimentos no segmento de negócio de Gas & Power foram efectuados essencialmente nas

operações recorrentes de ampliação da rede de distribuição de gás natural.

INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

1. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)								
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
15,5	13,4	(2,2)	(13,9%)	Produção média <i>working interest</i> (kbbl/dia)	14,7	13,3	(1,3)	(9,1%)
11,3	9,3	(2,0)	(17,7%)	Produção média <i>net entitlement</i> (kbbl/dia)	10,6	8,9	(1,7)	(16,3%)
1,0	0,8	(0,2)	(17,7%)	Produção <i>net entitlement</i> total (milhões bbl)	1,9	1,6	(0,3)	(16,7%)
0,1	0,1	(0,0)	(1,7%)	Kuito (milhões bbl)	0,2	0,2	0,0	4,2%
0,9	0,7	(0,2)	(24,2%)	BBLT (milhões bbl)	1,7	1,3	(0,4)	(21,3%)
0,0	0,1	0,0	116,3%	Tômbua-Lândana (milhões bbl)	0,1	0,1	0,0	31,9%
117,3	57,8	(59,6)	(50,8%)	Preço médio de venda ¹ (Usd/bbl)	112,9	51,0	(61,9)	(54,8%)
8,8	7,0	(1,8)	(21,0%)	Custo de produção ¹ (Usd/bbl)	11,2	10,2	(1,0)	(8,6%)
25,7	11,9	(13,8)	(53,9%)	Amortizações ¹ (Usd/bbl)	22,7	16,8	(5,9)	(25,9%)
0,9	1,0	0,1	10,5%	Vendas totais ² (milhões bbl)	1,9	1,0	(0,9)	(47,5%)
-	-	-	-	Activo total líquido	700	823	122	17,5%
89	43	(46)	(52,0%)	Vendas e prestações de serviços	155	53	(101)	(65,6%)
45	16	(29)	(64,0%)	Resultado operacional	85	14	(71)	(83,7%)
6	4	(3)	(40,8%)	Eventos não recorrentes	9	7	(2)	(20,1%)
52	20	(32)	(61,2%)	Resultado operacional RCA	94	21	(73)	(77,4%)

¹ Com base na produção *net entitlement*

² Considera as vendas efectivamente realizadas

ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

PRIMEIRO SEMESTRE

A produção *working interest* diminuiu 9,1% em relação ao período homólogo de 2008 para os 13,3 mil barris por dia, uma quebra que se deveu aos trabalhos de manutenção e aos cortes de produção decididos pelos países da OPEP.

O campo BBLT continuou a ser o campo com maior peso na produção, com cerca de 79,4% do total e uma produção de 10,6 mil barris por dia no primeiro semestre de 2009.

A produção *net entitlement* foi de 8,9 mil barris por dia, uma descida de 16,3% em termos anuais, consequência do contrato do PSA em vigor e da redução da produção *working interest*. O campo BBLT, com 7,2 mil barris diários, representou 81,2% da produção total *net entitlement*.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre do ano, a produção *working interest* foi de 13,4 mil barris por dia, com a contracção de 13,9% em relação ao período homólogo a dever-se à decisão de corte de produção da OPEP. A produção *net entitlement* foi de 9,3 mil barris por dia, uma quebra homóloga de 17,7%, com o campo BBLT a atingir os 7,4 mil barris diários. Face ao primeiro trimestre do ano, a produção *net entitlement* registou uma subida de 10,6% e os maiores contributos foram dos campos BBLT e Tômbua-Lândana.

No mês de Junho de 2009 foi vendida uma carga correspondente a 997 mil barris da produção do campo BBLT, cujo crude possui uma qualidade semelhante à do *dated Brent* e teve, por isso, um desconto contratado de Usd 1,0/bbl face àquele preço de referência. Tendo em consideração tanto esta venda como a situação de *underlifting*, o preço médio de venda foi de Usd 57,8/bbl, 31,7% superior ao do primeiro trimestre do ano.

Em Maio iniciou-se a produção no campo Tupi na bacia de Santos, referente ao Teste de Longa Duração, tendo-se concluído no final de Junho o *offloading* da primeira produção deste campo, sendo que este primeiro carregamento de petróleo totalizou cerca de 315 mil barris. Tanto os custos de produção como a produção resultante do Teste de Longa Duração serão capitalizados durante esta fase de teste e não terão, assim, influência na demonstração de resultados.

RESULTADOS OPERACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado operacional RCA foi de €21 milhões, contra €94 milhões no primeiro semestre de 2008. Esta evolução deveu-se à diminuição do preço do *dated Brent*, que em euros desceu 45,7% e à quebra de 16,7% na produção *net entitlement*.

Os custos operacionais diminuíram 12,7% para os €12 milhões, com a variação em dólares a ser negativa em 24,0% devido à desvalorização do euro face ao dólar. Em termos unitários, aquele custo traduziu-se em Usd 10,2/bbl, ou seja, 8,6% abaixo do valor registado no ano anterior devido aos custos de manutenção no campo no BBLT no período homólogo de 2008.

As amortizações no período, ajustadas de eventos não recorrentes, diminuíram €8 milhões para €20 milhões em relação a 2008. Em termos unitários, as amortizações foram de Usd 16,8/bbl face a Usd 22,7/bbl em igual período de 2008. Esta descida resultou da revisão em baixa do preço do *dated Brent* face a 31 de Dezembro de 2008, reduzindo a taxa de amortização na sequência da revisão em alta das reservas *net entitlement*.

O resultado operacional foi ainda afectado pelo aumento €2 milhões nas provisões, referente a custos de abandono dos campos de produção Kuito e BBLT. Relativamente ao Brasil foi registado um custo de €7 milhões relacionado com quatro poços secos *onshore*, três na bacia de Espírito Santo e um na bacia de

Sergipe Alagoas, cujos blocos foram devolvidos à ANP, tendo aquele custo sido considerado como não recorrente.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2009, o resultado operacional RCA caiu €32 milhões em relação ao período homólogo de 2008, para €20 milhões. Esta diminuição resultou da descida do preço do crude e da variação de produção *net entitlement* no período. No entanto, em comparação com o trimestre anterior, verificou-se uma variação favorável do resultado operacional RCA, de €1 milhão para €20 milhões.

Em termos homólogos, a diminuição do resultado operacional RCA foi contida por uma diminuição dos custos de produção e das amortizações. No segundo trimestre de 2009, os custos de produção foram de €4 milhões, uma descida de 25,5% em relação ao período homólogo, o qual contou com operações de manutenção e prevenção no campo BBLT. Assim, apesar da menor diluição de custos fixos decorrente de uma menor produção verificada entre períodos, em termos unitários esse custo foi de Usd 7/bbl, o que correspondeu a uma descida anual de 21,0%.

As amortizações ajustadas foram de €7 milhões face a €17 milhões no segundo trimestre de 2008, o que em termos unitários significou um decréscimo para Usd 11,9/bbl face a Usd 25,7/bbl e reflectiu a descida do preço do crude subjacente ao cálculo das reservas *net entitlement* em relação a 31 de Dezembro de 2008, que levou à diminuição da respectiva taxa de amortização.

Na actividade no Brasil foram devolvidos à ANP quatro blocos *onshore* nas bacias de Espírito Santo e Sergipe Alagoas, o que levou ao seu abate contabilístico no valor de €8 milhões. Este custo foi compensado pela reversão de custos associados à perfuração de poços secos com um custo operacional não recorrente de €4 milhões.

2. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)								
Segundo trimestre					Primeiro semestre			
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
2,7	1,1	(1,6)	(59,5%)	Margem <i>cracking</i> de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	1,7	2,0	0,4	22,9%
				Margem <i>hydroskimming</i> + aromáticos + óleos				
(1,7)	(0,6)	1,1	65,1%	base de Roterdão ¹ (Usd/bbl)	(2,0)	1,0	2,9	s.s.
4,0	1,6	(2,4)	(59,6%)	Margem de refinação Galp Energia (Usd/bbl)	3,5	2,1	(1,5)	(41,6%)
1,6	1,9	0,3	18,0%	Custo <i>cash</i> das refinarias (Usd/bbl)	1,9	2,3	0,4	21,5%
25.119	21.348	(3.771)	(15,0%)	Crude processado (k bbl)	48.768	34.684	(14.084)	(28,9%)
3,6	3,2	(0,4)	(10,0%)	Matérias-primas processadas (milhões ton)	7,1	5,2	(1,9)	(26,6%)
4,1	4,2	0,1	2,8%	Vendas de produtos refinados (milhões ton)	8,0	8,2	0,2	2,1%
2,3	2,8	0,5	21,8%	Vendas a clientes directos (milhões ton)	4,6	5,6	1,0	21,1%
1,1	1,4	0,3	30,5%	Empresas	2,2	2,8	0,7	30,7%
0,6	0,9	0,3	49,8%	Retalho	1,2	1,8	0,6	45,4%
0,1	0,1	0,0	10,5%	GPL	0,2	0,2	0,0	10,3%
0,5	0,4	(0,1)	(23,8%)	Outros	1,1	0,8	(0,3)	(24,9%)
0,7	0,6	(0,1)	(17,1%)	Exportações (milhões ton)	1,4	1,0	(0,4)	(26,0%)
		-	-	Número de estações de serviço	1.024	1.471	447	43,7%
		-	-	Número de lojas de conveniência	225	448	223	99,1%
-	-	-	-	Activo total líquido	4.605	4.559	(46)	(1,0%)
3.588	2.589	(998)	(27,8%)	Vendas e prestações de serviços	6.644	5.100	(1.544)	(23,2%)
209	69	(140)	(67,1%)	Resultado operacional	351	107	(244)	(69,5%)
(186)	(81)	105	56,4%	Efeito <i>stock</i>	(291)	(77)	214	73,7%
(16)	3	19	s.s.	Eventos não recorrentes	(15)	(3)	13	s.s.
7	(9)	(16)	s.s.	Resultado operacional RCA	45	28	(18)	(38,9%)

¹ Fonte: Platts. Para uma descrição completa da metodologia de cálculo das margens de Roterdão, vide "Definições".

ACTIVIDADE DE REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

PRIMEIRO SEMESTRE

No primeiro semestre foram tratados 5,2 milhões de toneladas de matérias-primas, face aos 7,1 milhões de toneladas no período homólogo. Esta diminuição deveu-se ao incidente na fábrica de utilidades na refinaria de Sines no dia 17 de Janeiro, que interrompeu o processamento de matéria-prima por um período aproximado de seis semanas, com impacto nos volumes processados no primeiro trimestre do ano. Sobretudo devido a este facto, a taxa de utilização da capacidade de refinação foi de 61,8% no semestre contra 86,4% no período homólogo de 2008.

O crude representou 90,0% das matérias-primas processadas, com os crudes leves e condensados a representarem 37,8% do total da estrutura de

produção, seguidos dos médios com 43,0% e dos pesados com 19,2%.

O perfil de produção traduziu-se num peso do fuelóleo de 16,8%, do *jet* de 6,2%, do gasóleo de 35,1% e da gasolina de 23,5%, o que esteve em linha com o ano anterior.

Os consumos e quebras situaram-se nos 8,2%, face aos 8,4% no período homólogo.

Os volumes vendidos aumentaram 2,1% em comparação com o período homólogo, para os 8,2 milhões de toneladas. Este volume incluiu 1,3 milhões de toneladas relativas às actividades de distribuição de produtos petrolíferos das ex-filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil, as quais só viriam a ser adquiridas no último trimestre de 2008.

As exportações caíram 26,0% face ao primeiro semestre de 2008 e caracterizaram-se por um decréscimo de 39,4% nas gasolinas e por uma diminuição de 32,0% no fuelóleo, na sequência do incidente na refinaria de Sines e da estratégia de redução programada da taxa de utilização de capacidade face ao contexto internacional adverso de margens de refinação.

A cobertura da actividade de refinação pela actividade de distribuição de produtos petrolíferos foi de 95,6%, face aos 70,1% no primeiro semestre de 2008, ainda que o indicador no primeiro trimestre de 2009 tenha sido fortemente influenciado pelo incidente na fábrica de utilidades da refinaria de Sines, e pela inclusão das vendas de produtos petrolíferos das ex-filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil.

As vendas a clientes directos aumentaram 21,1% em relação ao período homólogo, o que resultou da incorporação das vendas de produtos petrolíferos das ex-filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil.

No final de Junho de 2009, a Galp Energia tinha 1.471 estações de serviço, menos 26 do que no final do primeiro trimestre de 2009, resultado da optimização da rede de distribuição na sequência da aquisição das filiais ibéricas da Agip e ExxonMobil. O número de estações de serviço registou um aumento de 447 em relação ao primeiro semestre de 2008, consequência da referida aquisição.

O número de lojas de conveniência da Galp Energia na Península Ibérica era de 448 no final de Junho de 2009, mais 20 do que no final do primeiro trimestre do ano e mais 223 que no período homólogo de 2008, tendo esta última variação resultado dos negócios recentemente adquiridos na península Ibérica.

SEGUNDO TRIMESTRE

Durante o segundo trimestre foram processados 3,2 milhões de toneladas de matérias-primas, uma redução anual de 10,0%, com a quantidade de crude tratado a cair 15,0%. A taxa de utilização das refinarias foi de 75,7%, face a 89,0% no mesmo período do ano anterior, em consequência das baixas margens de refinação que caracterizaram o período.

A cobertura da actividade de refinação pela actividade de distribuição de produtos petrolíferos no segundo trimestre do ano foi de 86,9%, face aos 67,3% no período homólogo, uma subida que reflectiu não só o incremento dos volumes referentes à aquisição das ex-filiais Ibéricas da Agip e da ExxonMobil mas também a menor taxa de utilização de capacidade no segundo trimestre de 2009, decorrente de uma optimização do nível de processamento de crude face à quebra das margens de refinação a nível internacional.

As vendas de produtos situaram-se nos 4,2 milhões de toneladas, um acréscimo de 2,8% face ao trimestre homólogo de 2008, devido à aquisição das filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil que contribuíram com 0,6 milhões de toneladas no trimestre. Este facto contribuiu também para o aumento de 21,8% nas vendas a clientes directos, para os 2,8 milhões de toneladas.

RESULTADOS OPERACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado operacional em IFRS foi de €107 milhões, incluindo um efeito *stock* positivo de €77 milhões e um efeito não recorrente líquido positivo de €3 milhões, essencialmente devido a custos e proveitos relacionados com o incidente da refinaria de Sines.

O resultado operacional RCA foi de €28 milhões, menos 38,9% do que no período homólogo de 2008. A contribuir dum modo relevante para este desempenho, esteve o incidente da refinaria de Sines que levou à paragem temporária das unidades de alquilação e do FCC até ao final do primeiro trimestre.

Os resultados operacionais do primeiro semestre de 2009 foram ainda afectados pela diminuição da margem unitária de refinação da Galp Energia, que atingiu o valor de Usd 2,1/bbl, face a Usd 3,5/bbl no período homólogo de 2008, em linha com a evolução das margens de refinação no mercado internacional. Esta diminuição foi resultado do decréscimo dos *cracks* dos produtos petrolíferos no mercado internacional, e da diminuição do diferencial entre crudes leves e pesados, que levou também à redução do *spread*

entre a margem de refinação da Galp Energia e a margem de refinação *benchmark*.

A compensar a pior *performance* da área de refinação, estiveram os resultados da actividade de distribuição de produtos petrolíferos, evidenciando não só a resiliência nos resultados desta área, mas também o contributo positivo dos resultados provenientes da aquisição das operações das filiais ibéricas da Agip e ExxonMobil, incluindo as sinergias já obtidas ao nível do aprovisionamento e logística em Espanha.

Relativamente ao efeito *time lag* contabilizado no primeiro semestre de 2009, este foi negativo em €39 milhões.

Os custos *cash* operacionais aumentaram 21,5% em relação ao período homólogo para Usd 2,3/bbl, o que resultou dos menores volumes de crude processado, menos 28,9%, no período. Em euros, o aumento foi de 39,5% para €1,7/bbl, na sequência da valorização do dólar.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2009 o resultado operacional em IFRS foi de €69 milhões, incluindo um efeito *stock* positivo de €81 milhões, face a um resultado de €209 milhões no mesmo período do ano anterior.

Em termos de *replacement cost* ajustado, o resultado operacional no segundo trimestre foi negativo em €9 milhões, em consequência dum contexto internacional

adverso em termos de margens de refinação, com a margem de refinação da Galp Energia a apresentar uma descida de 59,6% em relação ao segundo trimestre de 2008, para Usd 1,6/bbl, fundamentalmente devido à diminuição do diferencial entre crudes leves e pesados.

De salientar que os piores resultados da actividade de refinação foram parcialmente compensados pelos resultados da actividade de distribuição de produtos petrolíferos, incluindo o contributo das operações das ex-filias ibéricas Agip e ExxonMobil e as já mencionadas sinergias ao nível de aprovisionamento e logística.

O efeito *time lag* no segundo trimestre foi €24 milhões negativo, face aos €54 milhões negativos no período homólogo.

Os custos *cash* operacionais da refinação foram de Usd 1,9/bbl, face a Usd 1,6/bbl no segundo trimestre de 2008. Em euros a variação foi mais desfavorável, cerca de 35,2%, devido à desvalorização do euro face ao dólar. O menor volume de crude processado no segundo trimestre de 2009, em comparação com o mesmo período do ano anterior, diminuiu a diluição dos respectivos custos fixos.

3. GAS & POWER

Milhões de euros (excepto indicação em contrário)								
Segundo trimestre				Primeiro semestre				
2008	2009	Var.	% Var.		2008	2009	Var.	% Var.
1.478	1.115	(364)	(24,6%)	Vendas totais de gás natural (milhões m³)	2.950	2.189	(760)	(25,8%)
881	774	(108)	(12,2%)	Vendas ao mercado liberalizado (milhões m³)	1.706	1.263	(443)	(25,9%)
560	515	(45)	(8,1%)	Eléctrico	1.155	927	(228)	(19,8%)
19	257	237	s.s.	Industrial	35	333	298	s.s.
302	2	(300)	(99,4%)	Trading	517	4	(512)	(99,2%)
597	341	(256)	(42,9%)	Vendas ao mercado regulado (milhões m³)	1.243	926	(317)	(25,5%)
477	220	(257)	(53,9%)	Industrial	967	623	(344)	(35,6%)
17	27	9	54,1%	Comercial	40	58	18	45,2%
42	43	1	2,5%	Residencial	109	120	11	10,5%
61	52	(10)	(15,7%)	Outras comercializadoras	127	125	(3)	(2,2%)
-	-	-	-	Clientes distribuição de gn¹ (milhares)	841	891	50	5,9%
109	137	28	25,4%	Geração de energia eléctrica² (GWh)	245	284	38	15,5%
108	134	26	24,1%	Vendas de electricidade à rede² (GWh)	241	277	35	14,7%
-	-	-	-	Activo fixo líquido de gás natural³	740	764	24	3,3%
-	-	-	-	Activo total líquido	1.707	1.614	(94)	(5,5%)
466	296	(170)	(36,6%)	Vendas e prestações de serviços	916	725	(191)	(20,9%)
87	12	(75)	(86,4%)	Resultado operacional	177	43	(134)	(75,8%)
(3)	25	28	s.s.	Efeito <i>stock</i>	(8)	26	35	s.s.
0	2	1	s.s.	Eventos não recorrentes	1	2	1	s.s.
85	38	(46)	(54,5%)	Resultado operacional RCA	170	71	(99)	(58,3%)
65	20	(45)	(69,0%)	Supply	118	19	(99)	(84,0%)
19	19	0	0,5%	Infra-estruturas	51	52	1	2,0%
1	(1)	(2)	s.s.	Power	1	0	(1)	(88,8%)

¹ Inclui empresas que não consolidam mas nas quais a Galp Energia detém uma participação significativa

² Inclui a empresa Energin que não consolida, mas na qual Galp Energia detém uma participação de 35%. A esta empresa corresponde no primeiro semestre de 2009, uma geração de energia eléctrica de 140 GWh e vendas de electricidade à rede de 136 GWh. Ao segundo trimestre de 2009 corresponde uma geração de energia eléctrica de 66 GWh e vendas de electricidade à rede de 64 GWh

³ Exclui investimentos financeiros. Activo fixo líquido numa base consolidada

ACTIVIDADE DE GAS & POWER

PRIMEIRO SEMESTRE

As vendas de gás natural baixaram 25,8% em relação ao período homólogo de 2008, para 2.189 milhões de metros cúbicos. Esta descida deveu-se à quebra de volumes tanto no mercado liberalizado, que representou 58,3% do decréscimo registado, como no mercado regulado. A queda de volumes deveu-se, por sua vez, essencialmente (i) à diminuição de 19,8% nos volumes vendidos ao sector eléctrico, em consequência do aumento da geração eléctrica por via hidráulica induzido pela pluviosidade no primeiro trimestre e do aumento do recurso ao carvão no segundo trimestre e (ii) à diminuição dos volumes no segmento de *trading* que resultou do reduzido interesse deste segmento face à quebra nas margens

de venda de gás natural que resultaram da menor procura de gás natural a nível internacional.

De salientar que em termos globais, ou seja, considerando o mercado liberalizado e regulado, o segmento industrial apresentou uma descida de 4,6%, que teve origem no abrandamento da actividade económica.

As vendas ao mercado industrial em Espanha atingiram um volume de 87 milhões de metros cúbicos no primeiro semestre, ou seja mais do dobro do volume vendido no primeiro semestre de 2008.

O volume de gás natural transportado nas redes pertencentes às empresas de distribuição totalizou 709 milhões de metros cúbicos.

A produção de electricidade no primeiro semestre de 2009 foi de 284 GWh, um aumento de 15,5%, devido sobretudo à paragem para manutenção que ocorreu no primeiro trimestre de 2008 na central de cogeração da Carriço e à paragem não programada que ocorreu nos meses de Maio e Junho de 2008 na Energin. Para esta produção foram utilizados 84 milhões de metros cúbicos de gás natural nas cogerações da Galp Energia, um volume correspondente a 9,7% do mercado industrial português. As vendas de electricidade à rede aumentaram 14,7% para 277 GWh.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2009 as vendas de gás natural baixaram 24,6% face ao período homólogo do ano anterior, para 1.115 milhões de metros cúbicos, uma diminuição que se deveu à quebra da procura nos mercados eléctricos e industrial.

Em comparação com o trimestre anterior, assistiu-se a uma recuperação de 3,7% nos volumes vendidos, nomeadamente devido à quebra de produção eléctrica por via hidráulica, face aos menores índices de pluviosidade.

Na actividade de distribuição, os volumes transportados atingiram os 342 milhões de metros cúbicos.

Na actividade de Power, a geração de energia foi de 137 GWh, um aumento de 25,4% em relação ao período homólogo, embora 6,8% abaixo do trimestre anterior. As vendas de electricidade à rede estiveram em linha com a geração de electricidade e atingiram os 134 GWh.

RESULTADOS OPERACIONAIS

PRIMEIRO SEMESTRE

O resultado operacional IFRS no primeiro semestre de 2009 foi de €43 milhões, com um resultado operacional RCA de €71 milhões, face aos €170 milhões no período homólogo.

A diminuição dos resultados operacionais RCA deveu-se essencialmente aos piores resultados do negócio de *supply*, que apresentou um resultado operacional de €19 milhões, ou seja uma queda de €99 milhões face a 2008. Esta redução deveu-se principalmente (i) à diminuição dos volumes vendidos, (ii) à diminuição das margens obtidas em consequência do desfasamento temporal das fórmulas de fixação dos preços de aquisição e de venda do gás natural, (iii) ao custo mais elevado de aquisição de gás natural na sequência da revisão do contrato LNG+ no final de 2008 e (iv) ao facto de a actividade da comercializadora de último recurso estar sujeita a tarifa regulada desde o segundo semestre de 2008.

O negócio da infra-estrutura apresentou um resultado de €52 milhões, em linha com o do primeiro semestre de 2008, confirmando uma vez mais o perfil estável desta actividade.

No negócio do Power, a margem unitária diminuiu para os €8,8/MWh face aos €9,4/MWh no primeiro semestre de 2008, e as vendas à rede foram efectuadas a um preço médio de €96,6/MWh.

SEGUNDO TRIMESTRE

O resultado operacional IFRS do segundo trimestre foi de €12 milhões, e em termos RCA foi de €38 milhões, 54,5% abaixo do período homólogo, mas com uma recuperação de 18,8% em relação ao trimestre anterior. A descida anual deveu-se ao negócio de *supply*, que apresentou um decréscimo anual de 69,0% para €20 milhões. Os principais factores que influenciaram esta variação anual foram: (i) os menores volumes vendidos, nomeadamente no sector eléctrico, (ii) a queda de margens no mercado liberalizado após a revisão dos contratos de fornecimento de gás natural no final de 2008 e (iii) o facto de a actividade da comercializadora de último recurso estar sujeita a tarifa regulada desde o segundo semestre de 2008.

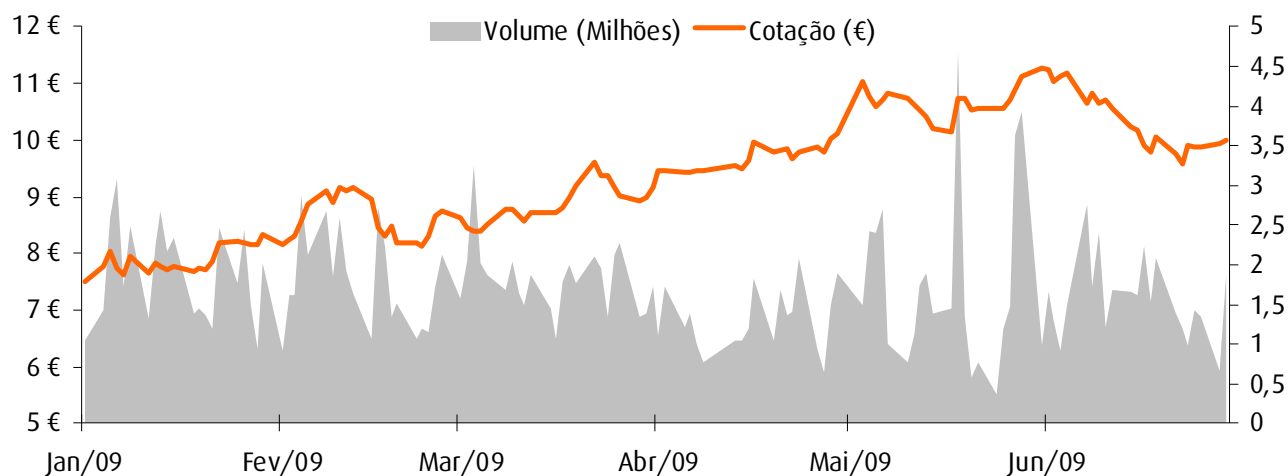
O negócio de infra-estruturas apresentou um resultado operacional RCA de €19 milhões em linha com o segundo trimestre de 2008, demonstrando a estabilidade da contribuição desta actividade nos resultados do segmento de negócio Gas & Power.

O resultado operacional RCA melhorou em 18,8% face ao trimestre anterior, o que se deveu essencialmente ao efeito conjunto da recuperação das margens de fornecimento de gás natural no mercado liberalizado e ao maior volume de gás natural vendido neste segmento. As margens de fornecimento de gás natural foram influenciadas: (i) pela reversão parcial do desfasamento temporal entre os contratos de fornecimento e comercialização e (ii) pelas condições mais atractivas na aquisição de gás natural no mercado *spot*.

No negócio do Power a margem unitária foi de €7,1/MWh, uma melhoria em relação ao valor homólogo de €5,4/MWh. As vendas à rede foram efectuadas a um preço de €85,7/MWh.

ACÇÃO GALP ENERGIA

Evolução da cotação da acção Galp Energia



Fonte: Bloomberg

PRIMEIRO SEMESTRE

As acções da Galp Energia tiveram um desempenho positivo de 39,3% no primeiro semestre, com uma cotação máxima de €11,5 e uma cotação de fecho do semestre nos €10,0. Desde a admissão à negociação na Euronext a 23 de Outubro de 2006 até 30 de Junho de 2009 a acção da Galp Energia teve um desempenho positivo de 72,1%. Durante o período foram transaccionadas cerca de 212,6 milhões de acções, o equivalente a uma média diária de 1,7

milhões. A 30 de Junho de 2009, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de €8.293 milhões.

SEGUNDO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2008, as acções da Galp Energia tiveram uma valorização de 11,4%, com um volume total de 97,0 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 1,6 milhões de acções.

Detalhe da acção

ISIN	PTGALOAM0009
Reuters	GALP.LS
Bloomberg	GALP.PL
Número de acções	829.250.635

Principais indicadores

	2008	2T 2009	2009
Min (€)	5,95	8,91	7,22
Max (€)	18,95	11,48	11,48
Média (€)	13,05	10,23	9,33
Cotação de fecho (€)	7,18	10,00	10,00
Volume (M acções)	643,6	97,0	212,6
Volume médio por dia (M acções)	2,5	1,6	1,7
Capitalização bolsista (M€)	5.954	8.293	8.293

EVENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009

ASSEMBLEIA GERAL

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

A Galp Energia informou no dia 27 de Abril que as propostas constantes dos pontos da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual de Accionistas que reuniu nesse dia tinham sido aprovadas como segue:

1. O Relatório de Gestão Consolidado e as Contas Individuais e Consolidadas do exercício de 2008, bem como os demais documentos de prestação de contas;
2. O Relatório de Governo da Sociedade;
3. A proposta de aplicação de resultados da seguinte forma:
 - Dotação à reserva legal (5%): €18.884 milhares
 - Distribuição de dividendos (0,320€/acção): €265.360 milhares
 - Resultados transitados: €188.729 milhares
 - Total: €472.973 milhares
4. Um voto de louvor ao Conselho de Administração e aos Órgãos de Fiscalização, nomeadamente ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, bem como a cada um dos seus membros;
5. A eleição do Dr. Pedro Antunes de Almeida como secretário da mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso 2008-2010;
6. A alteração ao artigo 10.º n.º 3 dos estatutos da Galp Energia, que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 10.º

(...) 3. Cabe um voto a cada acção.

PAGAMENTO DE DIVIDENDO

A Galp Energia anunciou no dia 30 de Abril que se encontrava a pagamento a partir do dia 25 de Maio o dividendo final relativo ao exercício de 2008 no valor de €0,17035 por acção.

CORPORATE

GALP ENERGIA CONTRATA FINANCIAMENTO DE €700 MILHÕES

No dia 20 de Maio, a Galp Energia contraiu um empréstimo no montante de €700 milhões sob a forma de emissão de obrigações através dum Club Deal com um prazo final de 4 anos, em que participaram 14 bancos nacionais e internacionais. Este empréstimo faz parte da estratégia de financiamento da Galp Energia.

ANÚNCIO DA ESTRATÉGIA DE FINANCIAMENTO

No dia 27 de Maio, a Galp Energia anunciou a Estratégia de Financiamento, reafirmando e reforçando assim o seu empenho em manter uma estrutura de capital sólida e prosseguir simultaneamente a execução dos seus projectos transformacionais.

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

FPSO BW CIDADE DE SÃO VICENTE INICIA TESTES DE PRODUÇÃO NO TUPI

A Galp Energia anunciou no dia 1 de Maio a entrada em operação do FPSO BW Cidade de São Vicente para o início do teste de longa duração ("EWT") no campo Tupi, na bacia de Santos no Brasil.

NOVO POÇO CONFIRMA POTENCIAL DE PETRÓLEO LEVE NO TUPI

A Galp Energia anunciou no dia 4 de Junho que a perfuração de mais um poço, informalmente conhecido como Iracema na área de Tupi no bloco BM-S-11, em águas ultra profundas da Bacia de Santos, veio reforçar as estimativas de 5 a 8 mil milhões de

barris de petróleo e gás natural recuperável nos reservatórios do pré-sal daquela área. O poço Iracema localizado a uma distância de 33 km do poço pioneiro, Tupi, confirmou a presença de reservatórios de boa qualidade e a presença de petróleo semelhante ao poço de Tupi.

CONCLUÍDO O PRIMEIRO CARREGAMENTO DE PETRÓLEO DO TUPI

A Galp Energia anunciou no dia 25 de Junho o carregamento da primeira produção do campo Tupi. Este primeiro carregamento de petróleo totalizou cerca de 315.000 barris que foram transferidos do FPSO (Plataforma Flutuante de Produção, Armazenamento e Offloading) Cidade de São Vicente para o petroleiro Nordic Spirit, com destino ao porto de S. Sebastião no Estado de São Paulo, no Brasil. Nesta fase inicial, toda a produção é obtida a partir do poço Tupi-Sul, o qual produz cerca de 14.000 barris de petróleo por dia, no âmbito do teste de longa duração que se estenderá por um período de 15 meses.

REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

GALP ENERGIA E SONAE DISTRIBUIÇÃO ACORDAM REVOGAÇÃO DO ACORDO PARA EXPLORAÇÃO DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DA REDE CONTINENTE

No dia 16 de Janeiro, a Galp Energia acordou com a Sonae Distribuição a revogação do acordo que incluía o conjunto de postos de abastecimento da Sonae Distribuição no âmbito do acordo de aquisição do ex-Carrefour Portugal em Dezembro de 2007, celebrado em Fevereiro de 2008 e que aguardava decisão da Autoridade da Concorrência.

INCIDENTE NA FÁBRICA DE UTILIDADES DA REFINARIA DE SINES

No dia 17 de Janeiro ocorreu um incêndio na fábrica de utilidades da refinaria de Sines. O incêndio foi

circunscrito à fábrica de utilidades – uma central de produção de electricidade e de vapor que alimenta o complexo industrial da Galp Energia em Sines – e não afectou nenhuma unidade processual da refinaria. Numa primeira avaliação, previu-se que a refinaria permaneceria parada por um período máximo de seis semanas, com o reinício gradual da actividade após aquele prazo. A refinaria reiniciou a sua actividade no prazo previsto.

PRÉMIOS CONCEDIDOS

No mês de Março a Galp Energia ficou classificada na primeira posição a nível europeu, em segundo lugar na indústria de Oil & Gas e na terceira posição a nível mundial, na categoria “Melhores Práticas de Divulgação Financeira”, na 11ª edição do Investor Relations Global Rankings 2009, num evento em que participaram mais de 150 empresas de todo o mundo.

EVENTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009

CORPORATE

COOPTAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 31 de Julho a Galp Energia anunciou que, na sequência das renúncias apresentadas pelo Eng. Luigi Piro e pelo Dr. Alberto Chiarini, aos cargos de vogal do Conselho de Administração da Galp Energia, o Conselho de Administração aprovou a cooptação do Eng. Luigi Spelli e Dr. Massimo Mondazzi, para vogais do Conselho de Administração em sua substituição, respectivamente.

A decisão do Conselho de Administração terá de ser ratificada na próxima Assembleia Geral de Accionistas.

FALECIMENTO DE ADMINISTRADOR

A Galp Energia comunicou no dia 5 de Agosto o falecimento do Eng. Camillo Gloria, membro não executivo do Conselho de Administração da Galp Energia desde 2000, tendo exercido funções executivas entre Dezembro de 2004 e Junho de 2006.

REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

GALP ENERGIA ACORDA A VENDA DE ALGUNS NEGÓCIOS RECENTEMENTE ADQUIRIDOS À EXXONMOBIL

No dia 31 de Julho a Galp Energia chegou a acordo com a Gestmin, SGPS, S.A., para a venda de alguns dos negócios recentemente adquiridos ao Grupo ExxonMobil na área de distribuição de produtos petrolíferos em Portugal.

Esta transacção foi assessorada pelo Banco Santander de Negócios e pela sociedade de advogados PLMJ e visa dar cumprimento aos compromissos assumidos

pela Galp Energia perante a Comissão Europeia, no âmbito da aquisição dos negócios ibéricos do Grupo ExxonMobil no final de 2008. Dado o especial enquadramento jurídico desta transacção, a respectiva execução foi monitorizada pelo banco ING como trustee da Comissão Europeia.

O acordo inclui a venda dos seguintes negócios e activos anteriormente controlados pelo Grupo ExxonMobil: o parque da Trafaria, o negócio GPL a granel e engarrafado (excluindo o negócio do GPL canalizado), a totalidade do capital social da COMG – Comercialização de Gás, S.A. (anteriormente designada Esso Gás, Lda.), parte do negócio dos combustíveis de aviação no aeroporto do Porto e a totalidade deste mesmo negócio nos aeroportos de Lisboa e Faro (incluindo algumas participações em compropriedades e empresas comuns aeroportuárias). O valor de venda destas operações será de €46 milhões.

O acordo assinado está sujeito à aprovação das entidades de concorrência competentes, incluindo da Comissão Europeia.

PRÉMIOS CONCEDIDOS

A Galp Energia foi distinguida no Investor Relations & Governance Awards 2009, concurso promovido pela Deloitte, que distingue as melhores práticas e profissionais na área de relações com investidores em Portugal. A Galp Energia arrecadou o prémio de “Melhor Relatório & Contas” no sector não financeiro.

RECONCILIAÇÃO ENTRE VALORES IFRS E VALORES *REPLACEMENT COST* AJUSTADOS

1. RESULTADO OPERACIONAL *REPLACEMENT COST* AJUSTADO POR SEGMENTO

Milhões de euros										
Segundo trimestre					2009	Primeiro semestre				
Resultado operacional	Efeito <i>stock</i>	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA		Resultado operacional	Efeito <i>stock</i>	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA
104	(56)	48	9	57	Resultado operacional	169	(50)	119	13	132
16	-	16	4	20	E&P	14	-	14	7	21
69	(81)	(12)	3	(9)	R&D	107	(77)	31	(3)	28
12	25	37	2	38	G&P	43	26	69	2	71
7	(0)	7	-	7	Outros	5	-	5	7	12

Milhões de euros										
Segundo trimestre					2008	Primeiro semestre				
Resultado operacional	Efeito <i>stock</i>	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA		Resultado operacional	Efeito <i>stock</i>	Resultado operacional RC	Eventos não recorrentes	Resultado operacional RCA
345	(188)	157	(9)	148	Resultado operacional	621	(299)	322	(5)	316
45	-	45	6	52	E&P	85	-	85	9	94
209	(186)	23	(16)	7	R&D	351	(291)	61	(15)	45
87	(3)	84	0	85	G&P	177	(8)	169	1	170
4	-	4	0	4	Outros	8	-	8	0	8

2. EBITDA *REPLACEMENT COST* AJUSTADO POR SEGMENTO

Milhões de euros										
Segundo trimestre					2009	Primeiro semestre				
EBITDA	Efeito <i>stock</i>	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA		EBITDA	Efeito <i>stock</i>	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA
171	(56)	115	15	130	EBITDA	311	(50)	260	20	281
22	-	22	8	29	E&P	38	-	38	7	45
117	(81)	36	5	42	R&D	198	(77)	121	5	126
25	25	50	2	51	G&P	69	26	96	2	97
8	(0)	8	-	8	Outros	6	-	6	7	13

Milhões de euros										
Segundo trimestre					2008	Primeiro semestre				
EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA		EBITDA	Efeito stock	EBITDA RC	Eventos não recorrentes	EBITDA RCA
399	(188)	211	5	216	EBITDA	743	(299)	444	5	449
61	-	61	9	70	E&P	115	-	115	9	124
233	(186)	47	(4)	43	R&D	411	(291)	121	(4)	117
103	(3)	100	(0)	100	G&P	210	(8)	201	(0)	201
3	-	3	0	3	Outros	7	-	7	0	7

3. EVENTOS NÃO RECORRENTES

Exploração & Produção

Milhões de Euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	(0,0)	Ganhos/ perdas na alienação activos	-	(0,0)
9,3	7,8	<i>Write-off</i> activos	9,3	7,4
(2,9)	(4,0)	Imparidade de activos	-	0,0
-	-	Provisão para meio ambiente e outras	-	-
-	-	Outros	-	-
6,4	3,8	Eventos não recorrentes do resultado operacional	9,3	7,4
-	-	Outros resultados financeiros	-	-
6,4	3,8	Eventos não recorrentes antes de impostos	9,3	7,4
(2,2)	(1,3)	Impostos sobre eventos não recorrentes	(3,2)	(2,5)
4,2	2,5	Total de eventos não recorrentes	6,2	4,9

Refinação & Distribuição

Milhões de Euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
		Exclusão de eventos não recorrentes		
(24,1)	-	Venda de <i>stock</i> estratégico	(24,1)	-
20,4	-	Custo da venda de <i>stock</i> estratégico	20,4	-
-	-	Custos com monoboia	-	-
(0,0)	(4,1)	Acidentes resultantes de fenómenos naturais		(5,6)
0,1	(0,5)	Ganhos / perdas na alienação de activos	0,1	(1,8)
0,0	0,0	<i>Write-off</i> activos	0,1	0,1
0,5	6,6	Rescisão contratos pessoal	0,5	7,4
-	3,5	Acidentes - incêndio refinaria de Sines	-	4,5
(0,1)	(3,6)	Provisão para meio ambiente e outras	0,0	(8,7)
(11,6)	1,4	Imparidade de activos	(11,5)	1,4
(1,3)	-	Outros	(0,9)	-
(15,9)	3,2	Eventos não recorrentes do resultado operacional	(15,4)	(2,8)
-	(5,9)	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	-	(5,9)
(15,9)	(2,6)	Eventos não recorrentes antes de impostos	(15,4)	(8,7)
4,3	(1,0)	Impostos sobre eventos não recorrentes	4,2	0,4
(11,6)	(3,6)	Total de eventos não recorrentes	(11,3)	(8,3)

Gas & Power

Milhões de Euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	-	Prestação de serviços	-	-
(0,2)	(0,0)	Ganhos / perdas na alienação de activos	(0,2)	(0,1)
0,1	0,0	<i>Write-off</i> activos	0,1	0,0
-	-	Recebimento relativo à alienação de terrenos	-	-
-	-	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	-	(0,0)
-	1,6	Rescisão contratos pessoal	-	1,6
0,1	0,0	Provisão para meio ambiente e outras	0,8	0,0
0,0	1,5	Eventos não recorrentes do resultado operacional	0,8	1,5
-	-	Mais / menos valias na alienação de participações financeiras	-	-
-	-	Outros resultados financeiros	-	-
0,0	1,5	Eventos não recorrentes antes de impostos	0,8	1,5
(0,0)	(0,4)	Imposto sobre eventos não recorrentes	(0,2)	(0,4)
(0,0)	1,1	Total de eventos não recorrentes	0,5	1,1

Outros

Milhões de Euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
		Exclusão de eventos não recorrentes		
-	-	Ganhos/perdas na alienação de activos	-	-
-	-	Acidentes - Incêndio Refinaria de Sines	-	7,0
0,0	-	<i>Write-off</i> activos	0,0	-
0,0	(0,0)	Provisão para meio ambiente e outras	0,0	(0,0)
0,0	(0,0)	Eventos não recorrentes do resultado operacional	0,0	7,0
-	-	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	-	-
0,0	(0,0)	Eventos não recorrentes antes de impostos	0,0	7,0
-	-	Impostos sobre eventos não recorrentes	-	-
0,0	(0,0)	Total de eventos não recorrentes	0,0	7,0

Resumo consolidado

Milhões de Euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
		Exclusão de eventos não recorrentes		
(24,1)	-	Venda de <i>stock</i> estratégico	(24,1)	-
20,4	-	Custo da venda de <i>stock</i> estratégico	20,4	-
-	-	Custos com monoboia	-	-
(0,0)	(4,1)	Acidentes resultantes de fenómenos naturais	-	(5,6)
(0,1)	(0,6)	Ganhos/perdas na alienação de activos	(0,1)	(1,9)
9,5	7,8	<i>Write-off</i> activos	9,6	7,5
0,5	8,1	Rescisão contratos pessoal	0,5	9,0
-	3,5	Acidentes - incêndio refinaria de Sines	-	11,5
0,0	(3,6)	Provisão para meio ambiente e outras	0,8	(8,7)
(14,5)	(2,6)	Imparidade de activos	(11,5)	1,4
(1,3)	-	Outros	(0,9)	-
(9,5)	8,5	Eventos não recorrentes do resultado operacional	(5,3)	13,1
-	(5,9)	Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	-	(5,9)
-	-	Outros resultados financeiros	-	-
(9,5)	2,7	Eventos não recorrentes antes de impostos	(5,3)	7,3
2,1	(2,7)	Impostos sobre eventos não recorrentes	0,7	(2,5)
(7,4)	(0,0)	Total de eventos não recorrentes	(4,5)	4,8

4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS TRIMESTRAIS

Milhões de euros				
Segundo trimestre			Primeiro semestre	
2008	2009		2008	2009
		Proveitos operacionais		
4.011	2.794	Vendas	7.472	5.634
33	72	Prestação de Serviços	65	159
18	26	Outros proveitos operacionais	39	56
4.062	2.892	Total de proveitos operacionais	7.575	5.849
		Custos operacionais		
(3.428)	(2.433)	Custo das vendas	(6.366)	(4.974)
(154)	(188)	Fornecimentos e serviços externos	(309)	(376)
(65)	(82)	Custos com o pessoal	(136)	(162)
(47)	(56)	Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	(105)	(121)
(7)	(11)	Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	(17)	(21)
(17)	(17)	Outros custos operacionais	(21)	(27)
(3.717)	(2.788)	Total de custos operacionais	(6.954)	(5.680)
345	104	Resultado operacional	621	169
10	27	Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	22	44
(0)	0	Resultados de investimentos	(0)	0
		Resultados financeiros		
3	2	Proveitos financeiros	7	6
(12)	(20)	Custos financeiros	(24)	(39)
4	3	Ganhos (perdas) cambiais	5	1
0	-	Rendimentos de instrumentos financeiros	(0)	0
(0)	(0)	Outros ganhos e perdas	(1)	(1)
351	116	Resultados antes de impostos	629	180
(100)	(22)	Imposto sobre o rendimento	(180)	(40)
251	94	Resultado antes de interesses minoritários	449	139
(1)	(1)	Resultado afecto aos interesses minoritários	(3)	(3)
250	93	Resultado líquido	446	137
0,30	0,11	Resultado por acção (valor em Euros)	0,54	0,16

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO APRESENTADA

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp Energia”) declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 28 de Agosto de 2009

O Conselho de Administração

Presidente

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Manuel Domingos Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes

José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Massimo Mondazzi

Claudio De Marco

Paolo Grossi

Fabrizio Dassogno

Giuseppe Ricci

Luigi Spelli

Joaquim José Borges Gouveia

ANEXOS

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição actual dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., eleitos para o mandato 2008-2010, é a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente:

Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Manuel Domingos Vicente

Fernando Manuel dos Santos Gomes

José António Marques Gonçalves

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Massimo Mondazzi¹

Claudio De Marco

Paolo Grossi

Fabrizio Dassogno

Giuseppe Ricci

Luigi Spelli²

Joaquim José Borges Gouveia

Comissão Executiva

Presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vogais:

Claudio De Marco

Fernando Manuel dos Santos Gomes

André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Carlos Nuno Gomes da Silva

Fabrizio Dassogno

Conselho Fiscal

Presidente:

Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Dr. José Gomes Honorato Ferreira

Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Dr. Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor Oficial de Contas

Efectivo:

Pedro João Reis de Matos Silva, ROC n.º 491, em representação de P. Matos

Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC; SROC n.º 44

Suplente:

António Campos Pires Caiado, ROC nº588

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Pedro Antunes de Almeida

Secretário da Sociedade

Efectivo:

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

Comissão de Remunerações

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos

Vogais:

Amorim Energia, B.V.

Eni S.p.A

¹ Cooptado em substituição do Dr. Alberto Chiarini

² Cooptado em substituição do Eng. Luigi Piro

A Galp Energia comunicou no dia 5 de Agosto o falecimento do Eng. Camillo Gloria, membro não executivo do Conselho de Administração da Galp Energia.

2. DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRECTAS E INDIRECTAS

(Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº de acções	% Capital	% Voto
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Eni, S.p.A.	276.472.161	33,34%	33,34%
Parpública - Participações Públicas, (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%	25,32%
Total	829.250.635	100,00%	-

ACÇÕES PRÓPRIAS

Artigos 66.º alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais

Durante o primeiro semestre de 2009 a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 30 de Junho de 2009, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

POSIÇÃO ACCIONISTA A 30 DE JUNHO DE 2009 DOS ACTUAIS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE NA GALP ENERGIA, SGPS, S.A.

Nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais

Membros do Conselho de Administração	Total de acções a 31.12.2008	Aquisição		Alienação		Total de acções a 30.06.2009	
		Data	Nº acções	Valor (€/acção)	Data		Nº acções
Francisco Luís Murteira Nabo	-	-	-	-	-	-	
Manuel Ferreira De Oliveira	85.640	-	-	-	-	85.640	
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	
Fernando Manuel dos Santos Gomes	3.900	-	-	05.05.2009	2.000	€ 10,951	1.900
José António Marques Gonçalves	42.700	-	-	-	-	-	42.700
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	950	-	-	-	-	-	950
Carlos Nuno Gomes da Silva	11.110	-	-	08.04.2009	8.700	€ 9,373	2.410
Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-
Massimo Mondazzi	-	-	-	-	-	-	-
Claudio De Marco	-	-	-	-	-	-	-
Paolo Grossi	-	-	-	-	-	-	-
Fabrizio Desogno	-	-	-	-	-	-	-
Giuseppe Ricci	-	-	-	-	-	-	-
Luigi Spelli	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim José Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-
Membros do Conselho Fiscal							
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-
José Gomes Honorato Ferreira	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Respo Ribeiro da Cunha	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-
Revisor Oficial de Contas							
P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC	-	-	-	-	-	-	-
António Campos Pires Caiado	-	-	-	-	-	-	-

A Galp Energia comunicou no dia 5 de Agosto o falecimento do Eng. Camillo Gloria, membro não executivo do Conselho de Administração da Galp Energia. O Eng. Camillo Gloria não possuía acções da Galp Energia.

PRINCIPAIS TRANSAÇÕES RELEVANTES ENTRE PARTES RELACIONADAS REALIZADAS NOS SEIS PRIMEIROS MESES

Artigo 246.º nº3 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Durante o primeiro semestre de 2009 não existiram transacções relevantes entre partes relacionadas.

3. CONTAS CONSOLIDADAS

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2009	Junho 2008 reexpresso
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	5.633.538	7.471.635
Prestação de Serviços	5	159.405	64.915
Outros proveitos operacionais	5	55.670	38.696
Total de proveitos operacionais:		5.848.613	7.575.246
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	6	4.973.705	6.366.477 (a)
Fornecimentos e serviços externos	6	375.982	308.591
Custos com o pessoal	6	161.806	135.635
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	121.046	105.170
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	20.670	17.182
Outros custos operacionais	6	26.591	21.431
Total de gastos operacionais:		5.679.800	6.954.486 (a)
Resultados operacionais:		168.813	620.760 (a)
Proveitos financeiros	8	5.589	6.629
Custos financeiros	8	(38.780)	(24.449)
Ganhos (perdas) cambiais		775	4.998
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas	9	43.707	21.968
Rendimentos de instrumentos financeiros	22	12	(8)
Outros ganhos e perdas		(578)	(726)
Resultado antes de impostos:		179.538	629.172 (a)
Imposto sobre o rendimento		(40.200)	(180.449) (a)
Resultado antes de interesses minoritários:		139.338	448.723 (a)
Resultado afecto aos interesses minoritários		(2.797)	(2.774)
Resultado líquido consolidado do período	10	136.541	445.949 (a)
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,16	0,54 (a)

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no semestre findo em 30 de Junho de 2008 (vide Nota 2.1.i)).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o semestre findo em 30 de Junho de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2009 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - m€uros)

ACTIVO	Notas	Junho 2009	Dezembro 2008
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	11	2.818.099	2.760.142
Goodwill	27	188.278	171.506
Outros activos fixos intangíveis	11	438.895	409.403
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas		376.318	297.468
Participações financeiras em participadas		2.735	1.173
Outras contas a receber	13	94.356	83.741
Activos por impostos diferidos		197.123	200.034
Outros investimentos financeiros	16	545	4.789
Total de activos não correntes:		4.116.349	3.928.256
Activo corrente:			
Inventários	15	1.065.080	1.076.494
Cientes	14	928.712	987.704
Outras contas a receber	13	522.968	500.475
Outros investimentos financeiros	16	1.130	2.903
Caixa e seus equivalentes	17	125.750	127.168
Total dos activos correntes:		2.643.640	2.694.744
Total do activo:		6.759.989	6.623.000
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital social	18	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(17.900)	(27.449)
Outras reservas		193.364	174.480
Reservas de cobertura		(7.520)	(1.752)
Resultados acumulados		977.158	1.144.432
Dividendos antecipados	23	-	(124.095)
Resultado líquido consolidado do período	10	136.541	116.971
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.192.900	2.193.844
Interesses minoritários		24.421	24.975
Total do capital próprio:		2.217.321	2.218.819
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	19	1.284.637	1.304.078
Empréstimos obrigacionistas	19	700.000	-
Outras contas a pagar	20	67.553	56.156
Responsabilidades com beneficiários de reforma e outros beneficiários		270.444	255.896
Passivos por impostos diferidos		27.388	18.245
Outros instrumentos financeiros	22	10.055	3.014
Provisões	21	105.418	99.468
Total do passivo não corrente:		2.465.495	1.736.857
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	19	240.299	684.949
Empréstimos obrigacionistas	19	1.711	1.711
Fornecedores		829.905	993.266
Outras contas a pagar	20	993.545	982.021
Outros instrumentos financeiros	22	1.002	1.503
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar		10.711	3.874
Total do passivo corrente:		2.077.173	2.667.324
Total do passivo:		4.542.668	4.404.181
Total do capital próprio e do passivo:		6.759.989	6.623.000

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 30 de Junho de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e Subsidiárias
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008**
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Junho 2009	Junho 2008
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		6.017.087	7.707.441
Pagamentos a fornecedores		(3.891.977)	(5.814.293)
Pagamentos ao pessoal		(128.252)	(95.051)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(1.466.633)	(1.200.641)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(14.053)	(57.970)
Contribuições para o fundo de pensões		(191)	-
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(5.860)	(6.198)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(4.483)	(5.130)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(288.554)	(195.518)
Fluxos das actividades operacionais (1)		217.084	332.640
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		95	715
Activos fixos tangíveis		553	2.004
Subsídios de investimento	12	14.120	1.947
Juros e proveitos similares		1.128	1.792
Dividendos	4	15.810	15.424
Empréstimos concedidos		12.877	747
		44.583	22.629
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(5.642)	(95)
Activos fixos tangíveis		(291.433)	(242.180)
Activos fixos intangíveis		(20.988)	(29.533)
Empréstimos concedidos		(16.773)	(335)
		(334.836)	(272.143)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(290.253)	(249.514)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.102.388	248.080
Juros e proveitos similares		561	1.152
Letras descontadas		5.501	1.214
		608.450	250.446
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(685.241)	(21.972)
Juros de empréstimos obtidos		(13.030)	(12.058)
Juros e custos similares		(33.475)	(11.402)
Dividendos/distribuição de resultados	23	(143.584)	(139.371)
Reembolso de letras descontadas		(2.836)	(853)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(71)	(58)
Juros de contratos de locação financeira		-	(3)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(45)	(276)
		(378.282)	(185.993)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		230.168	64.453
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		156.999	147.579
Efeito das diferenças de câmbio		12.211	1.213
Caixa e seus equivalentes no início do período	17	(238.835)	(16.910)
Variação de Perímetro		(9.582)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17	(79.207)	131.882

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabó

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008**

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Junho 2009	Junho 2008
Resultado líquido consolidado do período	10	136.541	445.949 (a)
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios:			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		11.147	(4.143)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		(1.598)	(2.437)
		9.549	(6.580)
Aumentos / diminuições reservas de cobertura		(7.056)	134
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas	22	(775)	(145)
Imposto relacionado com as componentes de Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		2.063	44
		(5.768)	33
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto		3.781	(6.547)
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios antes de interesses minoritários:		140.322	439.402
Outros Ganhos e Perdas de interesses minoritários		(554)	2.005
Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios:		139.768	441.407

(a) Resultado líquido do semestre Junho 2008 reexpresso (vide Nota 2.1.i)).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento intergral para o semestre findo em 30 de Junho de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Galp Energia, SGPS, S.A e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de acções	Reservas de conversão	Outras reservas	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados	Resultado líquido consolidado do período	Sub-Total	Interesses minoritários	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007 - reexpresso (a)		829.251	82.006	(22.818)	146.438	1.307	717.562	(126.046)	720.272	2.347.972	21.988	2.369.960
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	445.949	445.949	-	445.949
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	(6.580)	-	33	-	-	-	(6.547)	2.005	(4.542)
Rendimento integral do período		-	-	(6.580)	-	33	-	-	445.949	439.402	2.005	441.407
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	(265.360)	126.046	-	(139.314)	-	(139.314)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	28.042	-	692.229	-	(720.272)	(1)	-	(1)
Saldo em 30 de Junho de 2008 - reexpresso (a)		829.251	82.006	(29.398)	174.480	1.340	1.144.431	-	445.949	2.648.059	23.993	2.672.052
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		829.251	82.006	(27.449)	174.480	(1.752)	1.144.432	(124.095)	116.971	2.193.844	24.975	2.218.819
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	136.541	136.541	-	136.541
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	9.549	-	(5.768)	-	-	-	3.781	(554)	3.227
Rendimento integral do período		-	-	9.549	-	(5.768)	-	-	136.541	140.322	(554)	139.768
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	23	-	-	-	-	-	(265.360)	124.095	-	(141.265)	-	(141.265)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	18.884	-	98.086	-	(116.971)	(1)	-	(1)
Saldo em 30 de Junho de 2009		829.251	82.006	(17.900)	193.364	(7.520)	977.158	-	136.541	2.192.900	24.421	2.217.321

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no semestre findo em 30 de Junho de 2008 (vide Nota 2.1.i)).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o semestre findo em 30 de Junho de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

ÍNDICE DE NOTAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	48
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	51
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO.....	54
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS.....	54
5. PROVEITOS OPERACIONAIS.....	55
6. CUSTOS OPERACIONAIS.....	57
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS.....	58
8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS.....	60
9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS.....	60
10. RESULTADOS POR ACÇÃO.....	63
11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	64
12. SUBSÍDIOS.....	66
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	67
14. CLIENTES.....	69
15. INVENTÁRIOS.....	70
16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	71
17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES.....	72
18. CAPITAL SOCIAL.....	73
19. EMPRÉSTIMOS.....	74
20. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	78
21. PROVISÕES.....	80
22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS.....	81
23. DIVIDENDOS.....	87
24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS.....	88
25. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES.....	89
26. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	95
27. VARIAÇÃO DO GOODWILL.....	96
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	96

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****EM 30 DE JUNHO DE 2009**

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIAa) Empresa – mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 30 de Junho de 2009 evidenciada na Nota 18.

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do Capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de “upstream” e “downstream” na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que desenvolve os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de “Upstream” e “Downstream” na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas

subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (“upstream”) e da refinação e distribuição (“downstream”) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de: i) aprovisionamento, venda a produtores de electricidade em regime ordinário e venda ao comercializador de último recurso grossista, nomeadamente através da Galp Gás Natural, S.A.; ii) armazenagem através da Transgás Armazenagem, S.A. e iii) distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente através da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que tinham data de término em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Os contratos iniciais, excepto o da Galp Gás Natural, S.A., estiveram em vigor até ao ano de 2007 (inclusive). Em 11 de Abril de 2008 foram assinados novos contratos de concessão com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 e que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural ao abrigo da nova legislação para este sector. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo--se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

A actividade de comercialização de gás natural é livre, ficando, contudo, sujeita a atribuição de licença pela entidade administrativa competente, definindo-se claramente o elenco dos direitos e dos deveres na perspectiva de um exercício transparente da actividade. No exercício da sua actividade, os comercializadores podem livremente comprar e vender gás natural. Para o efeito, têm o direito de acesso às instalações de armazenamento e terminais de GNL, às redes de transporte e às redes de distribuição, mediante o pagamento de uma tarifa regulada. O livre exercício de comercialização de gás natural fica sujeito ao regime transitório estabelecido para a abertura gradual do mercado, tendo em consideração o estatuto de mercado emergente e da derrogação que lhe está associada.

Nos termos referidos no decreto-lei, supra referido, as actividades que se integram na rede pública de gás natural, a comercialização de gás natural de último recurso e a operação logística de mudança de fornecedor estão sujeitas a regulação. Sem prejuízo das competências de outras entidades administrativas, a regulação sectorial é da competência da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Por forma a concretizar a separação das actividades de distribuição e comercialização de gás natural foram assinados contratos entre as distribuidoras regionais e a Galp Gás Natural, S.A. relativamente à transmissão de activos regulados. Adicionalmente, foram constituídas empresas comercializadoras, nas regiões em que o número de clientes é superior a 100 mil, com vista à separação da actividade de comercialização da actividade de distribuição.

Em 12 de Julho de 2008 foi publicado o Despacho n.º 13/2008, no qual a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (“ERSE”) procedeu à fixação de tarifas a aplicar pelas entidades que desenvolvem actividades reguladas para o ano gás 2008-2009 por forma a que sejam recuperados os proveitos permitidos para aquele período, conforme previsto no artigo 149º do Regulamento Tarifário.

O ano gás representa o período entre 01 de Julho de um ano até 30 de Junho do ano seguinte.

As tarifas a debitar aos clientes incluem a tarifa de energia, a tarifa de uso da rede de transporte, a tarifa de uso global do sistema de gás natural, a tarifa de uso da rede de distribuição, e ainda a tarifa de comercialização, que remuneram as actividades reguladas.

No âmbito do referido regulamento as Empresas do Grupo desenvolvem as actividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso de gás natural.

b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

c) Segmentos de Negócio

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector “*upstream*” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné Bissau,

Gâmbia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e “joint-ventures” em Angola e Cabo Verde.

- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e a Cogeração de Energia.
 - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade, às empresas integradas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
 - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³.
 - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em cinco centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 80 MW. Adicionalmente, detém participação em parques eólicos e central ou centrais de ciclo combinado, os quais se encontram ainda em fase de investimento.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2009. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis

de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

A 30 de Junho de 2009, as emendas à IFRS1 - " Adopção pela primeira vez de normas internacionais de relato financeiro" e IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" denominadas como "Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada", foram aprovadas e publicadas no JOUE ("Jornal Oficial da União Europeia") em 23 de Janeiro de 2009, e que têm aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações foram adoptadas sem impacto significativo para o Grupo. A interpretação IFRIC 12 - "Acordos de concessão de serviços" foi aprovada e publicada no JOUE em 25 de Março de 2009 e tem aplicação o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que se inicie após três dias da data de aprovação e publicação da interpretação no JOUE. O Grupo encontra-se a estudar os impactos da implementação da interpretação. A 12 de Junho de 2009 foram publicadas no JOUE a emenda à IAS 27 -"Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a revisão à IFRS 3 -" Concentrações de Actividades Empresariais", com alguns impactos contabilísticos na forma de apresentação de futuras aquisições, fusões ou vendas de participações que o Grupo Galp Energia poderá efectuar a partir de 1 de Janeiro de 2010. Foi igualmente publicada a interpretação IFRIC 16 -" Cobertura de um Investimento Líquido numa unidade operacional estrangeira" em 5 de Junho de 2009, sem impacto contabilístico no Grupo Galp.

Durante o primeiro semestre do ano de 2009 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações exigidas por este normativo, consultar o anexo consolidado a Dezembro de 2008.

2.1 Alteração de políticas contabilísticas

- i) O Grupo Galp Energia decidiu no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 alterar a sua política contabilística quanto à classificação na demonstração de resultados de determinados custos e proveitos abaixo discriminados, tendo efectuado reexpressão na informação relativa ao semestre findo em 30 de Junho de 2008 apresentada para efeitos comparativos:
 - Em 2008 foi alterado o critério valorimétrico das saídas de inventários de FIFO para Custo Médio Ponderado (CMP). A Galp Energia utilizava o critério FIFO desde 2004, altura em que começou a adoptar as IAS/IFRS, uma vez que o critério LIFO não é aceite por esses normativos. No entanto, tendo em consideração a variedade de stocks existentes na Galp Energia, e as respectivas localizações geográficas, verificou-se que o critério CMP é o mais adequado à realidade da empresa e já amplamente utilizado pelas empresas do sector. Para tornar os períodos comparáveis, estas alterações foram repercutidas no primeiro semestre de 2008.

Os impactos no semestre findo em 30 de Junho de 2008 nas rubricas da demonstração de resultados consolidada da alteração da política contabilística anteriormente descrita, ocorrida no ano de 2008 podem ser resumidos como segue:

Demonstração de Resultados:

Rubricas	Reexpresso Junho 2008	Efeito da alteração para custo médio ponderado	Junho 2008
Custo das vendas (Nota 6)	6.366.477	103.995	6.262.482
Imposto sobre o rendimento	(180.449)	25.883	(206.332)

- ii) No primeiro semestre de 2009 a Galp alterou a política de contabilização das participações em empresas de controlo accionista conjunto. Até ao final de 2008 a Galp Energia consolidou pelo método proporcional todas as suas participações em empresas conjuntamente controladas com outras entidades, suportadas pela IAS 31. Porém, esta norma admite igualmente, como tratamento alternativo, a adopção do método da equivalência patrimonial (MEP).

O IASB (International Accounting Standard Board), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, publicou a este propósito em Setembro de 2007 o "Exposure Draft" n.º 9 (ED9) no qual põe em causa a utilização do método proporcional no registo das participações de controlo conjunto, na medida em que nestas situações as entidades participantes não dispõem individualmente do controlo efectivo da sua quota parte dos activos ou não são responsáveis pela quota parte dos respectivos passivos. Recomenda-se neste ED9 a adopção do MEP em substituição do método de consolidação proporcional.

Apesar de se ter atrasado a aplicação do ED9, inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2009, a Galp Energia, uma vez que concorda com os fundamentos deste "Exposure Draft" e dado ser um tratamento alternativo já permitido pela IAS 31, decidiu alterar a contabilização das participações em empresas de controlo accionista conjunto do método de consolidação proporcional para o método de equivalência patrimonial, a partir do primeiro trimestre de 2009.

Não sendo praticável refazer o consolidado das contas do Grupo Galp Energia retrospectivamente para todo o ano de 2008 a Companhia não irá apresentar contas reexpressas com a alteração desta política contabilística. Porém, seguirá escrupulosamente as recomendações contidas na IAS 31, no que se refere às divulgações a apresentar.

As empresas envolvidas nesta alteração de política contabilística são: a Sigás, a ASA, a CLC, a Caiageste e o Grupo Ventinveste.

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2008 e o respectivo anexo.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2009, o perímetro de consolidação foi alterado face a 31 de Dezembro de 2008, na medida em que as empresas conjuntamente controladas que consolidavam pelo método proporcional passaram a ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (vide Nota 2.1.ii)).

A informação contabilística a 30 de Junho de 2009 sobre as empresas conjuntamente controladas encontra-se evidenciada na Nota 9.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

O valor recebido de dividendos no semestre findo em 30 de Junho de 2009 foi de mEuros 15.810 dos quais:

- mEuros 9.750 foram distribuídos pela CLC – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.;
- mEuros 1.640 foram distribuídos pela Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. (“CLH”);
- mEuros 4.420 pela associada EMPL-Europe Magreb Pipeline, Ltd.;

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos rendimentos operacionais do grupo durante os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008:

Rubricas	Junho 2009	Junho 2008
Vendas:		
de mercadorias	2.835.490	2.570.786
de produtos	2.798.048	4.900.849
	<u>5.633.538</u>	<u>7.471.635</u>
Prestações de serviços	<u>159.405</u>	<u>64.915</u>
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	27.499	24.362
Trabalhos para a própria empresa	10.388	3.581
Ganhos em Imobilizações	2.572	696
Subsídios à exploração	1.239	3.300
Outros	13.972	6.757
	<u>55.670</u>	<u>38.696</u>
	<u>5.848.613</u>	<u>7.575.246</u>

O montante das vendas de produtos no primeiro semestre de 2009 teve uma redução significativa quando comparado com as do primeiro semestre de 2008, essencialmente pela redução do preço de venda dos produtos combustíveis ocorrida a partir do segundo semestre de 2008 e pela redução das quantidades vendidas em Portugal verificada no primeiro semestre de 2009. O montante das vendas de mercadorias manteve-se equivalente ao apurado no primeiro semestre de 2008, pese embora a significativa quebra de preços anteriormente referida, face ao crescimento do volume de vendas verificado em Espanha com a aquisição das redes da Agip e da Esso naquele país.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

O incremento da rubrica de prestações de serviços decorre essencialmente das alterações regulatórias introduzidas no sector do gás natural.

A rubrica de vendas inclui o montante de mEuros 28.531 relativo à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do grupo e os preços de venda definidos pela ERSE para o ano gás 2008-2009, os quais são actualizados trimestralmente.

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

A rubrica de outros inclui o montante de mEuros 5.632 que está relacionado com a indemnização que a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. , receberá derivado do incidente na refinaria de Sines em Janeiro de 2009.

6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 foram afectados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

Rubricas	Junho 2009	Junho 2008
Custo das Vendas:		
Mercadorias	1.833.102	1.573.658 (a)
Matérias primas e subsidiárias	1.884.433	3.804.547 (a)
Imposto sobre petróleo	1.458.031	1.176.232
Varição da produção	252.798	(189.686) (a)
Ajustamentos ao inventário	(448.963)	3.286 (a)
Derivados Financeiros	(5.696)	(1.560)
	4.973.705	6.366.477 (a)
Fornecimentos e serviços externos:		
Subcontratos	2.522	4.446
Rendas e alugueres	41.615	23.459
Conservação e reparação	36.367	27.852
Publicidade	6.667	11.550
Transporte de mercadorias	55.332	44.291
Seguros	19.529	10.033
Comissões	12.507	5.834
Armazenagem e enchimento	36.250	26.870
Serviços e taxas portuárias	6.772	9.142
Outros serviços especializados	103.476	100.309
Outros fornecimentos e serviços externos	32.653	23.872
Outros custos	22.292	20.933
	375.982	308.591
Custos com o pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 24)	2.211	3.039
Remunerações do pessoal	99.706	90.628
Encargos sociais	24.701	18.814
Benefícios de reforma - pensões e seguros	28.255	16.724
Outros seguros	3.818	3.550
Outros gastos	3.115	2.880
	161.806	135.635
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	108.358	93.384
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis	12.688	11.786
	121.046	105.170
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões	11.783	16.802
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 14)	14.046	389
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 13)	(5.159)	(9)
	20.670	17.182
Outros custos operacionais		
Outros impostos	6.020	4.116
Perdas em Imobilizações	8.177	10.173
Outros custos operacionais	12.394	7.142
	26.591	21.431
	5.679.800	6.954.486 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.i).

A variação ocorrida entre o primeiro semestre de 2009 e de 2008 ao nível das rubricas de custo das vendas de mercadorias e de matérias-primas e subsidiárias, resulta dos motivos indicados para a variação das vendas de produtos por mercados na Nota 5.

A variação da rubrica de rendas e alugueres do primeiro semestre de 2009 face ao primeiro semestre de 2008 resulta das aquisições de participações financeiras ocorridas no decurso do segundo semestre de 2008.

O montante de mEuros 19.529 na rubrica de seguros inclui o montante de mEuros 7.000 referente ao risco assumido pela subsidiária Tagus RE, relativo ao incêndio ocorrido em Janeiro de 2009 na refinaria de Sines.

A variação verificada na rubrica de reduções ao inventário ficou a dever-se à reversão da provisão constituída em Dezembro de 2008 face ao comportamento das cotações internacionais dos produtos petrolíferos que se aproximaram ou ultrapassaram os valores contabilísticos das existências.

O montante de mEuros 11.783 respeitante a Provisões e reversões inclui essencialmente o reforço da provisão para fazer face ao diferendo sobre o preço do gás existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigéria Liquefied Natural Gas Limited, no montante de mEuros 7.781.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

Por questões estratégicas, o grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 30 de Junho de 2009 e 2008 relativamente ao resultado das operações e em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 relativamente à informação financeira relativa à demonstração da posição financeira:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2009	2008 (a)	2009	2008 (a)	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008 (a)
Proveitos														
Vendas e Prestações Serviços	708.234	899.297	5.100.482	6.643.998	53.214	154.569	16.532	16.443	62.803	57.830	(148.322)	(235.590)	5.792.943	7.536.550
Inter-segmentais	46.063	34.071	548	1.235	47.577	145.602	319	283	53.814	54.398	(148.322)	(235.590)	-	-
Externas	662.171	865.226	5.099.934	6.642.763	5.637	8.967	16.213	16.160	8.988	3.432	-	-	5.792.943	7.536.550
EBITDA IAS/IFRS (1)	67.502	207.011	197.641	411.377	37.503	115.015	1.650	2.547	6.170	7.037	63	125	310.529	743.112
Gastos não Desembolsáveis														
Amortizações e Ajustamentos	(11.873)	(15.296)	(87.147)	(59.623)	(20.255)	(28.573)	(1.535)	(1.515)	(236)	(163)	-	-	(121.046)	(105.170)
Provisões (liq.)	(12.899)	(15.492)	(3.431)	(387)	(3.488)	(1.906)	(0)	(3)	(852)	606	-	-	(20.670)	(17.182)
Resultados Segmentais IAS/IFRS	42.730	176.223	107.063	351.367	13.760	84.536	115	1.029	5.082	7.480	63	125	168.813	620.760
Resultados Financeiros	16.073	13.485	(7.535)	(16.754)	24	8.171	(1.325)	(1.040)	3.551	4.675	(63)	(125)	10.725	8.412
Imposto sobre o Rendimento	(12.809)	(45.180)	(14.088)	(81.856)	(9.650)	(52.367)	175	(193)	(3.828)	(853)	-	-	(40.200)	(180.449)
Interesses Minoritários	(1.703)	(1.853)	(704)	(417)	-	-	(390)	(504)	-	-	-	-	(2.797)	(2.774)
Resultados Líquido IAS/IFRS	44.291	142.675	84.736	252.340	4.134	40.340	(1.425)	(708)	4.805	11.302	(0)	(0)	136.541	445.949

Em 30 de Junho de 2009 e 31 Dezembro 2008

OUTRAS INFORMAÇÕES

Activos do Segmento (2)

Investimento Financeiro (3)	97.974	86.873	282.230	211.301	293	-	179	17	457	450	-	-	381.133	298.641
Outros Activos	1.367.057	1.430.501	4.276.581	4.407.718	822.324	693.494	148.372	141.823	2.138.692	1.551.120	(2.374.170)	(1.900.297)	6.378.856	6.324.359
Activos Totais Consolidados	1.465.031	1.517.374	4.558.811	4.619.019	822.617	693.494	148.551	141.840	2.139.149	1.551.570	(2.374.170)	(1.900.297)	6.759.989	6.623.000
Passivos Totais Consolidados	1.009.899	938.545	3.676.064	3.600.319	330.590	239.458	148.011	139.552	1.752.274	1.386.604	(2.374.170)	(1.900.297)	4.542.668	4.404.181

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

(a) Valores reexpressos face às contas aprovadas no semestre findo em 30 de Junho de 2008 (ver nota 2.1)

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e gastos financeiros para os semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 é como segue:

	<u>Junho 2009</u>	<u>Junho 2008</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros de depósitos bancários	3.149	2.515
Outros proveitos financeiros	1.619	2.264
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	821	1.850
	<u>5.589</u>	<u>6.629</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(35.671)	(14.286)
Juros capitalizados nos activos fixos	4.899	879
Securitização de contas a receber - Encargos Financeiros	-	(4.210)
Outros custos financeiros	(7.912)	(6.566)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(96)	(266)
	<u>(38.780)</u>	<u>(24.449)</u>

A variação da rubrica de custos financeiros relativa a juros de empréstimos e descobertos bancários do primeiro semestre de 2009 face ao primeiro semestre de 2008 deve-se a um aumento de empréstimos obtidos que ocorreu no último trimestre de 2008, resultante das aquisições de participações financeiras ocorridas no decurso do segundo semestre de 2008.

O Grupo acordou como política capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis durante a fase de construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo contabilístico relativo aos custos dos empréstimos obtidos.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo cessou a operação de securitização com a Galp Investment Fund.

9. RESULTADOS RELATIVOS A PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

Investimentos em empresas associadas

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas dos semestres findos em 30 de Junho de 2009 e 2008 detalham-se da seguinte forma:

	Junho 2009	Junho 2008
Empresas Associadas		
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	18.429	14.889
Galp Energia Portugal Holding B.V.	7.775	n.a.
CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.	3.430	2.850
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	2.221	1.582
Gasoduto Extremadura, S.A.	1.953	1.962
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Ld	1.664	299
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.397	1.594
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	1.144	278
Outras (Perdas) / Ganhos líquidos	990	(1.486)
	<u>39.003</u>	<u>21.968</u>

Investimentos em empresas conjuntamente controladas

Os resultados relativos a participações financeiras em empresas conjuntamente controladas do semestre findo em 30 de Junho de 2009 detalha-se da seguinte forma:

	Junho 2009
Empresas Conjuntamente Controladas	
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	4.761
Outras Empresas (Perdas) / Ganhos líquidos	(57)
	<u>4.704</u>

As empresas conjuntamente controladas foram contabilizadas ao método de equivalência patrimonial a 30 de Junho de 2009, resultante da adopção de nova política contabilística expressa na Nota 2.1.ii). A informação contabilística individual a 30 de Junho de 2009 é evidenciada no quadro seguinte:

Empresas conjuntamente controladas	Informação contabilística (a)					
	Percentagem de capital detido	Activos	Passivos	Proveitos	Custos	Resultado exercício
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	65%	223.710	(142.802)	20.119	(12.794)	7.325
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	50%	346	(323)	439	(474)	(35)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	60%	22.755	(22.669)	3.678	(3.592)	86
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	50%	238	(221)	467	(464)	3
Ventinveste, S.A. (b)	34%	24.543	(24.272)	548	(806)	(258)
		<u>271.592</u>	<u>(190.287)</u>	<u>25.251</u>	<u>(18.130)</u>	<u>7.121</u>

(a) Informação contabilística das demonstrações financeiras individuais.

(b) Os montantes representam o método de equivalência patrimonial do Grupo Ventinveste conjuntamente controlado.

Comparativamente a informação contabilística individual a 31 de Dezembro de 2008 e 30 de Junho de 2008, correspondente às parcelas apropriadas, é evidenciada no quadro seguinte:

Empresas conjuntamente controladas	Informação contabilística (a)					
	Percentagem de capital detido	Dezembro de 2008		Junho de 2008		Resultado exercício
		Activos	Passivos	Proveitos	Custos	
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	65%	121.120	(68.611)	14.445	(8.919)	5.526
Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	50%	150	(121)	297	(311)	(14)
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	60%	14.721	(14.721)	2.200	(2.137)	63
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	50%	113	(107)	206	(205)	1
Ventinveste, S.A. (b)	34%	6.013	(5.772)	20	(107)	(87)
		<u>142.117</u>	<u>(89.332)</u>	<u>17.168</u>	<u>(11.679)</u>	<u>5.489</u>

(a) Informação contabilística das demonstrações financeiras individuais.

(b) Os montantes representam o consolidado do Grupo Ventinveste, incluindo exclusivamente todas as subsidiárias do ramo de actividade eólica.

10. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 30 de Junho de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	<u>Junho 2009</u>	<u>Junho 2008</u>
<u>Resultados</u>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do período)	136.541	445.949 (a)
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 18)	829.250.635	829.250.635
<u>Resultado por acção básico (valores em Euros):</u>	<u>0,16</u>	<u>0,54</u>

(a) O resultado líquido do primeiro semestre de 2008 e o resultado por acção básico foram reexpressos tendo em conta as alterações de política contabilística referida na Nota 2.1.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Junho 2009			Dezembro 2008		
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Activos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	266.351	(3.088)	263.263	270.807	(3.087)	267.720
Edifícios e outras construções	838.420	(496.649)	341.771	856.579	(501.737)	354.842
Equipamento básico	4.065.861	(2.965.566)	1.100.295	4.167.658	(3.007.586)	1.160.072
Equipamento de transporte	24.628	(20.474)	4.154	24.525	(21.025)	3.500
Ferramentas e utensílios	5.401	(4.104)	1.297	4.959	(3.878)	1.081
Equipamento administrativo	154.268	(124.895)	29.373	154.559	(126.437)	28.122
Taras e vasilhame	155.235	(138.469)	16.766	157.316	(138.730)	18.586
Outras imobilizações corpóreas	157.883	(96.877)	61.006	156.740	(91.787)	64.953
Imobilizações em curso	995.852	-	995.852	853.086	-	853.086
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	4.322	-	4.322	8.180	-	8.180
	<u>6.668.221</u>	<u>(3.850.122)</u>	<u>2.818.099</u>	<u>6.654.409</u>	<u>(3.894.267)</u>	<u>2.760.142</u>
Activos Intangíveis						
Despesas de instalação	4.516	(4.127)	389	4.495	(3.979)	516
Despesas de investigação e de desenvolvimento	2.586	(1.885)	701	6.717	(5.912)	805
Propriedade industrial e outros direitos	360.822	(171.084)	189.738	319.620	(147.971)	171.649
Reconversão de consumos para gás natural	276.938	(69.961)	206.977	268.847	(66.933)	201.914
Trespases	40.970	(11.191)	29.779	29.224	(11.125)	18.099
Imobilizações em curso	11.253	-	11.253	15.042	-	15.042
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	58	-	58	1.378	-	1.378
	<u>697.143</u>	<u>(258.248)</u>	<u>438.895</u>	<u>645.323</u>	<u>(235.920)</u>	<u>409.403</u>

Os activos fixos tangíveis e intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e intangíveis (essencialmente reconversões para gás natural) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

Principais incidências durante o primeiro semestre de 2009:

Relativamente ao sub-grupo GDP (aprovisionamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural) as principais variações do semestre ao nível do activo bruto nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumentos de mEuros 10.741, mEuros 8.286 e mEuros 4.081 nas empresas Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., respectivamente, referentes a redes, ramais, contadores e outras infra-estruturas e as reconversões de consumo para gás natural;
- Redução de mEuros 2.650 na empresa LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., dos quais mEuros 2.416 respeitam a contadores de gás e a elementos de rede de baixa e média pressão. Estes activos tinham um valor líquido contabilístico de mEuros 115.

Relativamente ao sub-grupo Petrogal (exploração, produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos) as principais variações do semestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32, Bloco 33, Bloco 14 e Bloco 14 k nos montantes de mEuros 1.407, mEuros 239, mEuros 34.101 e mEuros 788, respectivamente. O montante de mEuros 1.647 na pesquisa em blocos de gás e mEuros 195 em Moçambique Bloco Rovuma;
- Aumento de custos em pesquisa em blocos operados e não operados pelo Grupo no Brasil no montante de mEuros 31.620 e de mEuros 1.252 na costa portuguesa;
- mEuros 12.775 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação;
- mEuros 116.496 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto: mEuros 87.041 relativos aos projectos de conversão e mEuros 29.455 a outros projectos industriais, dos quais mEuros 13.973 e mEuros 15.482 referentes à refinaria do Porto e à de Sines respectivamente;
- mEuros 3.972 relativos à modernização da linha de enchimento de garrafas de gás, nomeadamente para adaptação de redes e aquisição de novas garrafas;
- No seguimento da renovação da frota de navios existentes, procedeu-se à alienação dos navios Galp Leixões e Galp Lisboa nos montantes de mEuros 1.345 e mEuros 505, respectivamente, os quais estavam registados por mEuros 25.808 e mEuros 1.676 tendo sido geradas mais valias de mEuros 1.345 e mEuros 463;
- No decurso do primeiro semestre de 2009 foram efectuados abates no montante de mEuros 16.253, referentes a blocos abandonados dos quais o Grupo já tinha registado uma imparidade no montante de mEuros 8.419, em 31 de Dezembro de 2008.
- Foram ainda abatidos e alienados bens de natureza tangível e intangível nos montantes de mEuros 5.497 e mEuros 607 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso, em 30 de Junho de 2009, é como segue:

	Activo bruto	Subsídios ao investimento	Activo deduzido de subsídios
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	333.521	-	333.521
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	181.833	-	181.833
Investimentos industriais afectos às Refinarias	149.518	-	149.518
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	135.087	-	135.087
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	86.788	-	86.788
Renovação e expansão da rede	35.741	(722)	35.019
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique e Timor	19.038	-	19.038
Central de ciclo combinado - Sines	10.790	-	10.790
Armazenagem subterrânea de gás natural	8.102	(1.938)	6.164
Pesquisa de gás em Angola	6.289	-	6.289
Construção de navio	5.792	-	5.792
Substituição dos braços de carga do terminal e tubagens do Porto Leixões	5.089	-	5.089
Outros projectos	32.379	(202)	32.177
	<u>1.009.967</u>	<u>(2.862)</u>	<u>1.007.105</u>

A variação ocorrida nas amortizações acumuladas e imparidades entre 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, no montante de mEuros 21.817, é explicada: (i) pela redução de mEuros 107.400 relativos a regularização por saída do perímetro de empresas conforme referido na Nota 2.1.ii), (ii) mEuros 31.080 relativo a abates e outras regularizações de bens (iii) mEuros 116.663 de aumento registado por contrapartida de amortizações e imparidades.

12. SUBSÍDIOS

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os valores recebidos e por receber de subsídios eram os seguintes:

Programa	Valor recebido		Por receber	
	2009	2008	2009	2008
Programa Energia	114.919	114.242	-	465
Interreg II	77	19.176	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Economia	220.486	213.678	1	2.293
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513	-	-
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307	-	-
Outros	11.608	11.608	-	-
Total	<u>441.618</u>	<u>453.232</u>	<u>1</u>	<u>2.758</u>

No primeiro semestre de 2009 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 14.120.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Rubricas	Junho 2009		Dezembro 2008	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA - Reembolsos solicitados	8.892	-	19.413	-
IRC - Pagamentos especiais por conta	21	-	21	-
Outros	1.762	-	1.512	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	50.063	-	20.317	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	24.012	-	25.595	-
Adiantamentos a fornecedores	19.291	-	8.082	-
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	9.496	-	9.058	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e partic	9.211	13.318	19.433	764
Adiantamento ao operador Petrobrás	7.180	-	5.186	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	6.752	-	6.951	-
Meios de pagamento	6.009	-	1.767	-
Processo Spanish Bitumen	2.568	-	2.568	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.103	-	2.117	-
Pessoal	1.736	-	2.069	-
Empréstimos a clientes	536	2.319	547	2.239
Subsídios a receber	1	-	2.758	-
Reembolso de IVA de clientes	-	-	20.617	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, participadas e relacionadas	-	46.211	10.543	43.260
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	-	-	96
Outras contas a receber	71.743	4.903	85.938	5.238
	<u>221.376</u>	<u>66.751</u>	<u>244.492</u>	<u>51.597</u>
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	107.911	-	121.142	-
Acerto desvio tarifário	61.193	-	32.325	-
Indemnizações a receber	9.815	-	-	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE	8.007	-	6.886	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	7.326	-	-	-
Juros a receber	4.553	-	3.237	-
Compensações pela uniformidade tarifária	2.814	-	-	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimentos	2.715	-	2.188	-
Rappel a receber sobre compras	886	-	1.708	-
Swap Petróleo bruto Bloco 14	-	-	12.028	-
Outros acréscimos de proveitos	18.828	-	21.054	-
	<u>224.048</u>	<u>-</u>	<u>200.568</u>	<u>-</u>
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	44.984	-	43.349	-
Juros e outros encargos financeiros	10.091	-	727	37
Seguros pagos antecipadamente	7.446	-	349	-
Custos com catalizadores	5.490	-	6.527	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.128	-	2.099	-
Benefícios de reforma	-	27.604	-	31.959
Outros custos diferidos	13.011	1	12.986	148
	<u>83.150</u>	<u>27.605</u>	<u>66.037</u>	<u>32.144</u>
	<u>528.574</u>	<u>94.356</u>	<u>511.097</u>	<u>83.741</u>
Imparidade de outras contas a receber	(5.606)	-	(10.622)	-
	<u>522.968</u>	<u>94.356</u>	<u>500.475</u>	<u>83.741</u>

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2009 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo Final
Outras contas a receber	10.622	216	(5.375)	-	143	5.606

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 5.159 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

O aumento significativo na rubrica de adiantamento a fornecedores de imobilizado corresponde essencialmente aos adiantamentos pagos ao operador Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A., para fazer face ao investimento em pesquisa nos Blocos localizados no Brasil.

O montante de mEuros 24.012 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular nº 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 6.752 no activo corrente corresponde aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações celebrados, dos quais o mais significativo é o contrato de cedência efectuado entre a Gás Natural, S.A. e a Onitelecom em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, que se encontra a ser recebido em prestações iguais anuais e sucessivas no valor unitário de mEuros 5.860 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 6.009 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 30 de Junho de 2009 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 22.529 registado na rubrica “outras contas a receber - empresas associadas, relacionadas e participadas” refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global.

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões – recuperação de desembolso no montante de mEuros 2.103 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Junho e ainda não reembolsados.

Os empréstimos não correntes a empresas associadas respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al-Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 12.450 e mEuros 7.625, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2009, os quais ascenderam a mEuros 332, sendo mEuros 126 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 206 relativos ao Gasoduto Al-Andaluz foram capitalizados nesta rubrica.
- GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 8.303 e mEuros 3.058 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2009, ascenderam a mEuros 328 dos quais mEuros 217 relativos a Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros 111 relativos à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., e foram capitalizados nesta rubrica.

- Galp Power, SGPS, S.A. à Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. e à Ventinveste, S.A. nos montantes de mEuros 8.313 e mEuros 3.543 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2008 ascenderam a mEuros 333, sendo mEuros 250 relativos à Energin e mEuros 83 relativos à Ventinveste.
- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.775. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no primeiro semestre de 2009, ascenderam a mEuros 73.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte e corresponde essencialmente à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., e Transgás, S.A., nos montantes de, mEuros 60.866 e mEuros 13.973, respectivamente.

A rubrica de acerto de desvio tarifário diz respeito à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas reguladas definidas pela ERSE para o ano gás 2008-2009, aplicadas na facturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas futuras.

O montante de mEuros 4.553 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber, inclui mEuros 3.251 correspondente a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G-Telecomunicações, S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos - venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 2.715 diz respeito a consumos efectuados no primeiro semestre de 2009 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados no segundo semestre.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

14. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	Junho 2009	Dezembro 2008
Cientes conta corrente	916.478	955.952
Cientes de cobrança duvidosa	97.723	100.984
Cientes - títulos a receber	14.252	14.813
	1.028.453	1.071.749
Imparidades de contas a receber	(99.741)	(84.045)
	928.712	987.704

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no semestre findo em 30 de Junho de 2009 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Imparidade de contas a receber	84.045	20.732	(6.686)	(598)	2.248	99.741

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, que originou um custo líquido no montante de mEuros 14.046 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

15. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

RUBRICAS	Junho 2009	Dezembro 2008
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	160.229	211.866
Outras matérias-primas e materiais diversos	46.953	37.732
Matérias-primas em trânsito	41.375	64.960
	<u>248.557</u>	<u>314.558</u>
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consum	(5.217)	(114.370)
	<u>243.340</u>	<u>200.188</u>
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	244.800	421.473
Produtos intermédios	191.337	277.135
Produtos acabados em trânsito	-	758
	<u>436.137</u>	<u>699.366</u>
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(2.074)	(210.737)
	<u>434.063</u>	<u>488.629</u>
Produtos e trabalhos em curso	102	223
Mercadorias	389.498	522.545
Mercadorias em trânsito	-	383
	<u>389.498</u>	<u>522.928</u>
Ajustamentos de mercadorias	(1.969)	(135.520)
	<u>387.529</u>	<u>387.408</u>
Adiantamento por conta de compras	46	46
	<u>1.065.080</u>	<u>1.076.494</u>

Em 30 de Junho de 2009, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 389.498, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto no montante de mEuros 57.725, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil España, Galp Distribuição Portugal, S.A., e o Grupo Galp Comercializacion Oil España, S.L. nos montantes de mEuros 277.223, mEuros 10.257, mEuros 6.411 e mEuros 17.070 respectivamente.

Em 30 de Junho de 2009, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 208.465 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 20).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei nº 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

As reversões dos ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, de produtos acabados e de mercadorias foram reconhecidas por contrapartida do custo das vendas.

16. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2009	Dezembro 2008
Outros Títulos e Investimentos	545	4.789
	545	4.789

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2009	Dezembro 2008
Derivados sobre Commodities (Nota 22)	813	114
Instrumentos financeiros	813	114
Acções em empresas Participadas	310	7
Depósitos a prazo	-	1.884
Depósitos à ordem	-	898
Outros títulos negociáveis	7	-
Outros investimentos correntes (Nota 17)	317	2.789
	1.130	2.903

17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2009, 31 de Dezembro de 2008 e 30 de Junho de 2008 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2009	Dezembro 2008	Junho 2008
Numerário	13.536	14.971	10.061
Depósitos a Ordem	93.955	93.037	67.084
Depósitos a prazo	2.044	9.441	4.698
Outros titulos negociáveis	2.285	2.414	10.014
Outras aplicações de tesouraria	13.930	7.305	233.279
Caixa e seus equivalentes no balanço	125.750	127.168	325.136
Outros investimentos correntes (Nota 16)	317	2.789	6.228
Descobertos bancários (Nota 19)	(205.274)	(368.792)	(199.482)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(79.207)	(238.835)	131.882

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria, em 30 de Junho de 2009, inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes Empresas do grupo:

	Junho 2009
Galp Gás Natural, S.A.	11.490
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda	1.227
Petrogal Brasil, Lda.	963
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	250
	13.930

18. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o primeiro semestre de 2009. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

<u>Tipo de Acções</u>	<u>Junho 2009</u>	<u>Dezembro 2008</u>
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Numero total de acções	<u>829.250.635</u>	<u>829.250.635</u>

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagradas no art. 4º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- i) A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- ii) Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

Estrutura Accionista

A estrutura Accionista não sofreu alterações durante o primeiro semestre de 2009.

O capital da Empresa em 30 de Junho de 2009, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	<u>N.º Acções</u>	<u>% Capital</u>
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%
ENI S.P.A	276.472.161	33,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079.514	7,00%
Restantes accionistas	209.934.289	25,32%
	<u>829.250.635</u>	<u>100,00%</u>

19. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Junho 2009		Dezembro 2008	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	7.538	781.686	284.602	1.089.140
Empréstimos externos	24.021	503.757	30.187	215.549
Descobertos bancários (Nota 17)	205.274	-	368.792	-
Desconto de letras	3.464	-	1.084	-
	<u>240.297</u>	<u>1.285.443</u>	<u>684.665</u>	<u>1.304.689</u>
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	2	14	284	255
	<u>240.299</u>	<u>1.285.457</u>	<u>684.949</u>	<u>1.304.944</u>
Project Finance Fees	-	(820)	-	(866)
	<u>240.299</u>	<u>1.284.637</u>	<u>684.949</u>	<u>1.304.078</u>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	1.711	-	1.711	-
Emissão de 2009 - Galp Energia, SGPS, S.A.	-	700.000	-	-
	<u>1.711</u>	<u>700.000</u>	<u>1.711</u>	<u>-</u>
	<u>242.010</u>	<u>1.984.637</u>	<u>686.660</u>	<u>1.304.078</u>

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 30 de Junho de 2009 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2010	83.907
2011	410.113
2012	556.451
2013	450.985
2014	36.361
2015 e seguintes	447.640
	<u>1.985.457</u>

Em 30 de Junho de 2009 e em 31 de Dezembro de 2008 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

Divisa	Junho 2009		Dezembro 2008	
	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)
Dalasi	GMD	49.999	1.347	-
Dólares dos Estados Unidos da	USD	3.176	1.120	3.176
Euros	EUR	1.436.291	1.314.379	1.678.026
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	139	229.585
Lilangeni Suazi	SZL	196	17	-
Meticais	MZM	-	-	57.893
			1.317.002	1.569.596

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos em Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 foram 3,49% e 5,10% respectivamente.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 30 de Junho de 2009, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.100.000, que se dividem em mEuros 650.000 de médio e longo prazo e mEuros 450.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 250.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 531.686, relativo essencialmente a “project finance” realizados nomeadamente pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A..

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revista periodicamente.

Durante o primeiro semestre de 2009, o Grupo contraiu a primeira tranche de um empréstimo de médio e longo prazo com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projecto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de mEuros 300.000. O montante total do empréstimo é de mEuros 500.000 com o prazo de vencimento de dezasseis anos, incluindo três de carência de capital e treze de reembolso.

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 117.155, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 532.634.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 1998 – LisboaGás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998 a LisboaGás GDL- Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia SGPS SA, a empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

Em 12 de Agosto de 2008, pelo exercício da Put Option, a Empresa recebeu pedidos, para reembolso antecipado, no montante de mEuros 14.062, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 1.711.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (Call Option), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusive, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

O pagamento de juros será feito semestralmente e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa “Euribor a 6 meses”, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 13 de Maio de 2009 a Galp Energia, SGPS, S.A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A..

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., o Caixa – Banco de Investimento, S.A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o BNP Paribas e a Caixa d’Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Rubricas	Junho 2009		Dezembro 2008	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	199.156	-	177.279	-
IVA a pagar	136.034	-	170.868	-
Outras tributações	8.976	-	8.381	9
Segurança social	8.491	-	5.426	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	6.216	-	4.639	-
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 15)	208.465	-	190.611	-
Fornecedores de imobilizado	193.609	13.860	221.917	247
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.872	-	15.671	-
Overlifting - parceiros do Bloco 14	12.444	-	26.739	-
Pessoal	7.497	-	4.397	-
Saldos credores de clientes	1.018	-	3.630	-
Adiantamentos de clientes	702	-	850	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	507	-	173	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	35	-	364	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	2.902	-	2.902
Empréstimos - Outros accionistas	-	3.658	-	4.669
Outros credores	23.440	3.589	21.841	3.243
	<u>822.462</u>	<u>24.009</u>	<u>852.786</u>	<u>11.070</u>
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	75.595	-	30.705	-
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	20.253	-	34.445	-
Proveitos permitidos - regulação ERSE	12.192	-	7.467	-
Juros a liquidar	10.235	-	4.619	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	7.674	-	6.161	-
Brindes Fastgalp	4.328	-	4.618	-
Prémios de seguro a liquidar	2.309	-	1.300	-
Prémios de produtividade	1.129	-	18.070	-
Custos e perdas financeiros	1.129	-	917	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	71	-	86	-
Outros acréscimos de custos	7.726	-	6.988	-
	<u>142.641</u>	<u>-</u>	<u>115.376</u>	<u>-</u>
Proveitos diferidos:				
Prestação de serviços	22.646	-	6.441	-
Fibra óptica	4.263	40.178	4.263	42.508
Outros	1.533	3.366	3.155	2.578
	<u>28.442</u>	<u>43.544</u>	<u>13.859</u>	<u>45.086</u>
	<u>993.545</u>	<u>67.553</u>	<u>982.021</u>	<u>56.156</u>

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas inclui o montante mEuros 208.465 relativo a responsabilidades do grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 15).

O montante de mEuros 12.444 registado na rubrica de outras contas a pagar - overlifting – parceiros dos blocos 1 e 14 corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizado ao preço de mercado.

O montante de mEuros 15.872, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 14.598 referente à responsabilidade da Petrogal em 30 de Junho de 2009, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, estas foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 3.658 registado na rubrica de Empréstimos - Outros accionistas encontra-se repartido da seguinte forma:

- mEuros 960, mEuros 960 e mEuros 480 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.006 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CARRIÇO Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 252 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

A rubrica de acréscimos de custos – fornecimentos e serviços externos no montante de mEuros 75.595, inclui o montante de mEuros 47.835 referente a ISP a pagar à subsidiária C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A..

O montante de mEuros 4.328 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 30 de Junho de 2009, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios no futuro.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica proveitos diferidos – fibra óptica são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 30 de Junho de 2009, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 44.441.

21. PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Junho 2009	Dezembro 2008
Processos judiciais	13.009	11.590
Investimentos financeiros	642	1.285
Impostos	13.515	13.492
Meio Ambiente	5.174	8.839
Outros riscos e encargos	73.078	64.262
	105.418	99.468

Processos judiciais

O montante de mEuros 13.009 registado em 30 de Junho de 2009 na rubrica de processos judiciais em curso, inclui o montante de mEuros 5.604 relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo do Grupo Petrogal relativamente ao diferendo que opõe esta Empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme:

Energim - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	410
Ventinveste, S.A.	215
P.I.M. - Parque Industrial da Matola, SARL	17
	642

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de mEuros 13.515 inclui essencialmente: (i) mEuros 7.394 para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correcção à matéria colectável da Subsidiária Petrogal S.A. relativa aos exercícios de 2001 e 2002; (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A. objecto de liquidação adicional pelas autoridades fiscais; (iii) mEuros 2.547 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis ("IMI"), dos exercícios de 2000 a 2007.

Meio Ambiente

O montante mEuros 5.174 registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com a descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

Outros riscos e encargos

Em 30 de Junho de 2009, o saldo da rubrica provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 73.078 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 37.781 para fazer face ao diferendo existente entre a Galp Gás Natural, S.A. e a Nigeria Liquefied Natural Gas Limited (“NLNG”), tendo em consideração a expectativa face à decisão tomada pelo Tribunal Arbitral relativamente ao diferendo do NLNG Plus;
- ii) mEuros 19.021 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas;
- iii) mEuros 7.102 para fazer face a liquidações adicionais para revisão de custos em sede de IRP e profit-oil em Angola;
- iv) mEuros 1.202 constituição de provisão para fazer face ao pagamento de ISP dos Biocombustíveis;
- v) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões.

22. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Abaixo é apresentado os movimentos ocorridos de Justo valor no Capital Próprio:

Variação de Justo valor nos Capitais próprios	Junho 2009	Junho 2008
Variação de Justo valor de derivados na parte do grupo	(7.056)	134
Variação nos interesses minoritários	(109)	119
	(7.165)	253
Variação recorrente da participação em empresas associadas	(775)	(145)

Os instrumentos financeiros sobre taxa de juro, durante o primeiro semestre de 2009 e 2008, apresentam as seguintes evoluções:

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	1.216	591	(5)	-
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o semestre	(336)	(529)	(2)	-
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	336	529	2	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(87)	79	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	512	(264)	5	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008	1.641	406	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	(3.014)	(12)
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o semestre	-	-	(368)	12
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	368	(12)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	-	-	13
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	(7.041)	(124)
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	-	(10.055)	(123)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de proveitos e custos financeiros.

Os instrumentos financeiros com impacto na rubrica de Custo das Vendas a 30 de Junho de 2009 e 2008 são os relacionados com derivados e futuros sobre “commodities” (Petróleo e Gás Natural). Os movimentos ocorridos na demonstração da posição financeira e demonstração do resultado destes instrumentos financeiros podem ser visualizados nos quadros abaixo:

Derivados sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	99	-	-
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Alienações durante o semestre	-	(6.511)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	6.512	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	27.163	-	(27.911)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008	-	27.263	-	(27.911)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	114	-	(1.491)
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Alienações durante o semestre	-	(492)	-	522
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	492	-	(522)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	699	-	612
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2009 (Nota 16)	-	813	-	(879)

O Grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre Commodities (Petróleo). Devido à sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de Caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre Commodities (Petróleo), são reflectidos na rubrica do Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	938	-	-
Aquisições durante o semestre	-	47.196	-	-
Alienações durante o semestre	-	(42.226)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(4.181)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008	-	1.727	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	460	-	-
Aquisições durante o semestre	-	33.803	-	-
Alienações durante o semestre	-	(36.857)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	4.674	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	2.080	-	-

O Grupo Galp Energia iniciou durante o ano de 2009 a transacção de uma característica de Instrumentos financeiros denominados como Futuros sobre CO2. Devido à sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de Caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas com os Futuros sobre CO2, são reflectidos em Resultados financeiros, resultante no facto de as transacções ocorridas ainda se encontrarem numa fase de teste piloto. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre CO2	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	-	-	-
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Alienações durante o semestre	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008	-	-	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-
Aquisições durante o semestre	-	979	-	-
Alienações durante o semestre	-	(528)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	(250)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	201	-	-

Durante o primeiro semestre de 2008 o Grupo Galp Energia adquiriu derivados financeiros em leilão, nomeadamente opções sobre energia eléctrica (denominados como VPP's). Devido à complexidade de avaliação deste tipo de derivados, pelo facto do subjacente não ser armazenável e do mercado MIBEL (Mercado Ibérico de Electricidade) ser ainda considerado um mercado recente, foi considerado que o "Mark to Market" desses derivados financeiros não é ainda mensurado com fiabilidade.

Derivados sobre energia eléctrica	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2008	-	-	-	-
Aquisições durante o semestre	-	128	-	-
Alienações durante o semestre	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em Custo da Venda	-	(23)	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2008	-	105	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-
Aquisições durante o semestre	-	-	-	-
Alienações durante o semestre	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em Custo da Venda	-	-	-	-
Justo valor em 30 de Junho de 2009	-	-	-	-

Durante o primeiro semestre de 2009 não há derivados sobre energia eléctrica transaccionados nem posições em aberto.

Os instrumentos financeiros, derivados sobre taxa de juro e derivados sobre "commodities", avaliados ao "Mark to Market" a 30 de Junho de 2009 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Passivo	Cobertura de Fluxo de Caixa			
Collar	Paga entre 3,25% e 1,75% Recebe Euribor 6m	mEur 13.043	2010	(99)
Caps	Paga Cap de 3,25% Recebe entre Euribor 6m	mEUR 4.348	2010	(14)
Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 5.755	2010	(27)
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,17% e 6,24% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 324.819	2010 a 2013	(10.038)
				(10.178)

Tipo de Derivado sobre Commodities	Características	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Swaps	Gás Natural	2009 e 2010	(879)
Swaps	Margem de Refinação	2009	813
			(66)
		Total de Activos	813
		Não correntes	-
		Correntes	813
		Total de Passivos	(11.057)
		Não correntes	(10.055)
		Correntes	(1.002)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

23. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido do exercício de 2008 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 265.360, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 27 de Abril de 2009, tendo sido distribuídos e liquidados dividendos antecipados no montante de mEuros 124.095 durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e liquidados no semestre findo em 30 de Junho de 2009 o restante montante de mEuros 141.265.

No decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2009 foram liquidados mEuros 2.319 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal e grupo Galp Power.

Como consequência anteriormente referido, no decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2009, o Grupo pagou dividendos no total de mEuros 143.584.

24. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os semestres findos a 30 de Junho de 2009 e 2008 compõe-se como segue (Nota 6):

	<u>Junho 2009</u>	<u>Junho 2008</u>
Remunerações base	1.722	1.687
Gratificações e prémios	-	1.001
Plano de contribuição para fundo de pensões	318	276
Outros benefícios	171	75
	<u>2.211</u>	<u>3.039</u>

As remunerações pagas aos administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.P.A., Amorim Energia, B.V. e Iberdrola, S.A., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 30 de Junho de 2009 e 30 de Junho de 2008 ascendem a mEuros 1.258 e mEuros 709, respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo.

25. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Activos contingentes

Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544 tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. (actualmente designada Galp Energia, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S.A. (actualmente designada Galp Gás Natural, S.A.) à EDP, S.A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S.A. a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

mEuros por cada 220.000 acções	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A.. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um “upside” para estas empresas, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S.A. com efeitos a 1 de Janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S.A. (actualmente designada GDP, SGPS, S.A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

Responsabilidades contingentes

Em 30 de Junho de 2009 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licenças de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de mEuros 34.745. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnaram/opuseram-se às liquidações efectuadas, encontrando-se a maioria em processos judiciais em curso. Para este efeito foram constituídas garantias.

Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direcção Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após transito em julgado da respectiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infra-estruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efectivamente liquidado pelo mesmo;

- ii) O processo de reclamação da Nigeria Liquefied Natural Gas Limited (“NLNG”) que se encontra em arbitragem (Nota 21);
- iii) Em 30 de Junho de 2009, o Grupo tinha uma responsabilidade contingente relacionada com um processo arbitral entre a subsidiária CLCM e a MASA, no qual aquele fornecedor de imobilizado reclama um montante total de mEuros 22.861. O Conselho de Administração daquela subsidiária, baseado em parecer jurídico dos seus advogados, considera que deste processo não resultará qualquer encargo para a CLCM, para além do montante de mEuros 150 incluído na rubrica de provisões;
- iv) Processos de liquidações adicionais de IRC no montante total de mEuros 23.148;
- v) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (“IRP”) determinado com base no regime fiscal Angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 30 de Junho de 2009, encontravam-se pendentes de pagamento, liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas aos exercícios, 2004, 2005, 2006 e 2007 nos montantes de 4.500.922 USD, 5.373.961 USD, 7.949.024 USD e 7.277.592 USD, respectivamente. Em 30 de Junho de 2009 o Grupo tem constituída uma provisão para este efeito no montante global de mEuros 7.102 (Nota 21), resultante de um estudo interno elaborado com base nas conclusões do relatório final para o IRP para os anos de 2002 e 2003 da Comissão de Revisão de Liquidações Oficiosas, Comissão esta constituída por elementos do Ministério das Finanças, do Ministério dos Petróleos, membros da Direcção Nacional dos Impostos de Angola e das companhias parceiras na concessão do bloco 14. Adicionalmente, e visto que parte desta correcção aos montantes de liquidação adicional de IRP dizem respeito a custos não aceites para efeitos de recuperação de “cost-oil”, e como tal, custos que a Empresa não poderá recuperar em exercícios futuros, o montante total da provisão inclui a provisão para a parte do “profit-oil” a ceder à concessionária no âmbito do contrato de partilha de produção relativa aos anos

2004 a 2007 no montante de mEuros 3.920, cuja responsabilidade pela qual o Grupo foi notificado ascendia a 4.294.129 USD, 7.443.417 USD, 10.267.366 USD e 11.888.190 USD, de 2004 a 2007 respectivamente.

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos no balanço em 30 de Junho de 2009 são:

- mEuros 83.232 relacionados com encomendas não satisfeitas de activos fixos tangíveis;
- mEuros 2.065 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 296.591, mEuros 5.891, mEuros 654, mEuros 9.164 e mEuros 23.181 de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrogal, Sacor Marítima, Saaga, Galp Comercializacion Oil España e Grupo GDP, respectivamente ;
- mEuros 43.804 de responsabilidades do Grupo Petrogal com o Plano de pensões, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% ou por corresponderem a excesso de corredor ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 3.588 de responsabilidades do Grupo GDP com o Plano de pensões, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% ou por corresponderem a excesso de corredor ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- Durante o ano de 2009 o Grupo prosseguiu a utilização do designado biodiesel de 1ª geração (FAME), obtido por transesterificação dos óleos vegetais, como componente do gasóleo rodoviário. Considerando que a partir de Janeiro 2010 se torna obrigatório incorporar 5,75% (v/v) de biodiesel no gasóleo e, tendo em atenção que o designado FAME apresenta algumas propriedades físicas-químicas que prejudicam a sua aptidão como componente de gasóleo, a Galp Energia arrancou com um projecto duma instalação de produção de biodiesel de 2ª. geração (Greendiesel) adquirindo à UOP/ENI a licença de processo Ecofining, o qual compreende um tratamento combinado de hidrogenação e isomerização que permite, a partir das gorduras animais e vegetais, obter um biodiesel com excelentes características físico-químicas. O projecto em curso, visa a produção de 300.000 t/a de greendiesel, o qual se prevê estar concluído em 2011;
- A 18 de Setembro de 2007 foi celebrado um contrato entre a Ventinveste, S.A. e a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) que tem como objecto a atribuição de capacidade de injeção de potência na Rede do Sistema Eléctrico de Serviço Público e a identificação dos Pontos de Recepção associados para energia eléctrica produzida nos Parques Eólicos.

O contrato estabelece as seguintes obrigações específicas, cuja valorização totaliza cerca de mEuros 619.776, excluindo o desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos:

- a) Construção e exploração de parques eólicos, em valor correspondente a mEuros 460.000;
- b) Prática de um desconto à remuneração da energia eléctrica produzida nos parques eólicos;
- c) Execução de projecto industrial correspondente a mEuros 27.150;
- d) A realização de investimento industrial indirecto correspondente a mEuros 39.206;
- e) Criação directa de 692 postos de trabalho no Projecto Industrial, correspondente a mEuros 16.733;
- f) Criação de 635 postos de trabalho induzidos relativo ao investimento industrial indirecto, correspondente a mEuros 15.354;
- g) Disponibilização de funcionalidades que permitam contribuir para a gestão técnica do sistema, correspondente a mEuros 19.500;
- h) Contribuição para a constituição de um Fundo de Incentivo à Inovação, correspondente a mEuros 41.833.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de mEuros 25.332 e por fiança prestada pelos accionistas Galp Power, Martifer e Enersis igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do investimento directo total, no montante de mEuros 50.665. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior.

Para garantia do cumprimento das obrigações específicas relacionadas com o projecto industrial, o montante coberto pela garantia bancária nunca poderá ser inferior a mEuros 902, desde a data de entrada em exploração do projecto Industrial até à última das seguintes datas: (i) termo do prazo de 9 anos a contar da data de entrada em exploração do projecto Industrial; ou (ii) data em que seja atingido um Rácio Exportações/Vendas de 60% relativamente à produção verificada até ao momento, em que a garantia bancária será reduzida para um montante correspondente à multiplicação do número de anos que restem para cumprir o prazo mínimo de 17 anos para a vida útil do projecto Industrial pelo valor de mEuros 113, sendo o montante máximo garantido progressivamente reduzido, em cada ano, no montante de mEuros 113 até ao termo do referido prazo de 17 anos.

Adicionalmente foi constituído um penhor sobre as acções da Ventinveste Eólica, SGPS, S.A. e Ventinveste Indústria, SGPS, S.A..

Não foram reconhecidos a totalidade dos Activos e Passivos resultantes deste contrato, visto que à data de 30 de Junho de 2009 não se encontravam concretizados todos esses Investimentos e obrigações.

A Galp Power, SGPS, S.A. na qualidade de accionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEG, o cumprimento integral e

tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projecto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

Como garantia do empréstimo contraído pela Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. foi constituída uma hipoteca a favor do BES Investimento e do BES, incidente sobre o direito de superfície de uma parcela de terreno no concelho de Pombal, adquirido pela Empresa pelo período de 15 anos, até ao montante máximo de mEuros 28.237.

A Galp Power, SGPS, S.A. constituiu-se fiadora e principal pagadora de um crédito da sua subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.. O limite da fiança é de 65% que corresponde à participação social na empresa, atingido no seu máximo o montante de mEuros 11.700.

Garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2009 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 124.683 e mUSD 61.531, sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de mEuros 18.747 prestadas a favor da Direcção Geral dos Impostos;
- Garantias no montante de mEuros 6.683 constituídas a favor do Tribunal Administrativo Fiscal, anteriormente designado por Tributário de 1ª Instância de Lisboa - 5º juízo - 1ª secção, destinada a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos;
- Garantias no montante de mEuros 19.774 prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;
- Garantias no montante de mEuros 4.500 prestadas ao Estado Português destina-se a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da LisboaGás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.;
- Garantias no montante mEuros 11.052 constituídas a favor da Direcção Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infra-estruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural em Vila Real, Bragança e Chaves; e atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema eléctrico de serviço público;
- Garantia no montante de mEuros 5.000 prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do contrato de concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- Garantias prestadas a Tribunais no montante de mEuros 82 pela Caixa Geral de Depósitos devido a acções litigiosas relacionadas com servidões;

- Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Galp Gás Natural, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	<u>Tipo</u>	<u>Parte Galp Gás Natural mUSD</u>
BEI	Bancária	45.091
ICO	Bancária	16.440
		<u>61.531</u>

- Garantia prestada no montante de mEuros 1.000 a favor da entidade MEFF Euroservices S.A.U., S.V. para a participação da Empresa no Leilão de Electricidade;
- Garantias prestadas no montante de mEuros 1.073 a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art.15º do Dec. Lei 13/71 de 23/01 e têm como objectivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;
- Garantia prestada no montante de mEuros 1.734 a favor da EDP - Energias de Portugal, S.A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoeléctricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores;
- Garantia prestada no montante de mEuros 1.000 a favor da EDF - Electricidade de França , para garantir que a Empresa possa operar no mercado de electricidade francês;
- Em 30 de Junho de 2009, existiam garantias no montante de mEuros 47.369 a favor de terceiros por conta de empresas do grupo e associadas;
- Em 30 de Junho de 2009, existiam ainda outras garantias no montante de mEuros 6.659 constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

26. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no Anexo I do mesmo, na quais estão incluídas instalações do Grupo Galp Energia.

Foi publicado em Diário da República o Despacho n.º 2836/2008, que aprova a lista de instalações existentes participantes no Comércio de Emissões, para o período 2008-2012, e a respectiva atribuição inicial de Licenças de Emissão ("LE"). O Grupo considera que a quantidade de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (GEE) atribuídas aos sectores da refinação e da cogeração operado pelo Grupo, para o período 2008-2012, de acordo com o referido Despacho, será suficiente para cobrir as necessidades das instalações, actualmente em operação e considerando os perfis de produção previstos para o quinquénio.

No quadro abaixo apresentam-se as instalações actualmente operadas pelo Grupo, as respectivas licenças anuais de emissão atribuídas no âmbito do PNALE II (Plano Nacional de Alocação de Licenças de Emissão), bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) por instalação:

Empresa	Instalações	Ton/CO ₂ atribuídas PNALE II	Gases emitidos durante o 1º semestre de 2009 (a)	Licenças acumuladas Ton/CO ₂ em carteira	Previsão anual de emissão de gases 2009
Petrogal	Refinaria de Sines	2.137.550	782.704	1.354.846	1.898.205
	Refinaria do Porto	1.098.025	465.873	632.152	912.673
		<u>3.235.575</u>	<u>1.248.577</u>	<u>1.986.998</u>	<u>2.810.878</u>
Carricho Powercer	Cogeração	161.539	63.577	97.962	130.162
	Cogeração	47.192	20.408	26.784	42.294
		<u>208.731</u>	<u>83.985</u>	<u>124.746</u>	<u>172.456</u>
		<u>3.444.306</u>	<u>1.332.562</u>	<u>2.111.744</u>	<u>2.983.334</u>

(a) Valores pro-forma de gases CO₂ emitidos, sujeitos a auditorias ambientais.

O Grupo Galp Energia não reflecte nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização de licenças atribuídas. Caso venha a adquirir ou vender licenças será efectuado o registo contabilístico.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado.

27 VARIAÇÃO DO GOODWILL

A variação do goodwill durante o período findo em 30 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 é apresentada como se segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	171.506
Aumento devido à alteração do justo valor de participações financeiras:	
Galp Comercializacion Oil España, S.L.	11.589
Galp Gambia, Lda	2.580
Galp Swaziland (PTY) Limited	2.274
	<u>16.443</u>
Aumento devido a aquisição de participações financeiras:	
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. (aquisição de 0,4443%)	329
	<u>329</u>
Saldo em 30 de Junho de 2009	188.278

No decurso do período findo em 30 de Junho de 2009, a rubrica de goodwill registou um aumento no montante de mEuros 16.443 resultante do trabalho de imputação dos justos valores aos activos adquiridos, passivos e passivos contingentes, decorrente da aquisição de participações financeiras efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o qual se encontra nesta data em curso. Consequentemente, as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e os justos valores dos activos adquiridos, passivos e passivos contingentes poderão ainda vir a ser ajustados, com referência à data de aquisição e até um período de 12 meses após aquela data, tal como previsto no normativo, em vigor, IFRS 3.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Segunda Tranche do Financiamento para o Projecto de Conversão das Refinarias

Foi assinado com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no passado dia 10 de Julho o contrato relativo à segunda e última tranche do financiamento do projecto conversão nas refinarias de Sines e Matosinhos mEuros 200.000 de um valor total de mEuros 500.000.

O prazo total deste financiamento é de dezasseis anos, incluindo três anos de carência de capital e treze anos de reembolso.

Venda de alguns negócios recentemente adquiridos à ExxonMobil

Em 31 de Julho de 2009 a Galp Energia chegou a acordo com a Gestmin, SGPS, S.A. ("Gestmin"), para a venda de alguns dos negócios recentemente adquiridos ao Grupo ExxonMobil na área de distribuição de produtos petrolíferos em Portugal.

Esta transacção visa dar cumprimento aos compromissos assumidos pela Galp Energia perante a Comissão Europeia, no âmbito da aquisição dos negócios ibéricos do Grupo ExxonMobil no final de 2008.

O acordo inclui a venda dos seguintes negócios e activos anteriormente controlados pelo Grupo ExxonMobil: o parque da Trafaria, o negócio GPL a granel e engarrafado (excluindo o negócio do GPL canalizado), a totalidade do capital social da COMG – Comercialização de Gás, S.A. (anteriormente designada Esso Gás, Lda.), parte do negócio dos combustíveis de aviação no aeroporto do Porto e a totalidade deste mesmo negócio nos aeroportos de Lisboa e Faro (incluindo algumas participações em compropriedades e empresas comuns aeroportuárias). O valor de venda destas operações será de aproximadamente mEuros 46.000.

O acordo assinado ainda está sujeito à aprovação das entidades de concorrência competentes, incluindo da Comissão Europeia.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

4. RELATÓRIOS, OPINIÕES E PARECERES

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2009, da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração da Posição Financeira Consolidada (que evidencia um activo total de 6.759.989 mEuros e capitais próprios de 2.217.321 mEuros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas de 136.541 mEuros), nas Demonstrações Consolidadas de Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas no processo de consolidação conforme indicado na Nota 2.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a

aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira semestral consolidada.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2009 referida no parágrafo 1 acima da Galp Energia, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) aplicadas de forma consistente entre exercícios, com excepção das situações mencionadas na Nota 2.1. do Anexo e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Agosto de 2009

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO APRESENTADA

Artigo 246.º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246º nº1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp Energia”) declara que:

Tanto quanto é do seu conhecimento a informação prevista na alínea a) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes que ocorreram no período a que se refere e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 28 de Agosto de 2009

O Conselho Fiscal

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

José Gomes Honorato Ferreira

José Maria Rego Ribeiro da Cunha

5. INFORMAÇÃO ADICIONAL

DEFINIÇÕES

EBITDA O EBITDA é definido como resultados operacionais mais depreciações, amortizações e provisões. O EBITDA não é uma medida directa de liquidez e deverá ser analisado conjuntamente com os *cash flows* reais resultantes das actividades operacionais e tendo em conta os compromissos financeiros existentes

Galp Energia, Empresa ou Grupo Galp Energia, SGPS, S.A. e empresas participadas

IRP Imposto sobre o rendimento gerado nas vendas de petróleo em Angola

Margem *cracking* Roterdão Margem *Cracking* de Roterdão é composta pelo seguinte perfil: -100% dated Brent, +2,3% LPG FOB Seagoing (50% Butano + 50% Propano), +25,4% PM UL NWE FOB Bg, +7,4% Nafta NWE FOB Bg., +8,5% *Jet* NWE CIF, +33,3% ULSD 50 ppm NWE CIF Cg e +15,3% LSFO 1% FOB Cg.; C&Q: 7,7%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o dated Brent; Frete 2008: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5,13\$/ton. Rendimentos mássicos.

Margem *hydroskimming* + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão Margem *hydroskimming* de Roterdão: -100% dated Brent, +2,1% LPG FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +15,1% PM UL NWE FOB Bg, +4,0% Nafta NWE FOB Bg., +9% *Jet* NWE CIF Cg, +32,0% ULSD 10 ppm NWE CIF Cg. e +33,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; C&Q: 4,0%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o dated Brent; Frete 2008: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão - Raso 5.13\$/ton.

Margem aromáticos de Roterdão: -60% PM UL NWE FOB Bg, -40,0% Nafta NWE FOB Bg., +37% Nafta NWE FOB Bg., +16,5% PM UL NWE FOB Bg, +6,5% Benzeno Roterdão FOB Bg, +18,5% Tolueno Roterdão FOB Bg, +16,6% Paraxileno Roterdão FOB Bg, +4,9% Ortoxileno Roterdão FOB Bg.; Consumos: -18% LSFO 1% CIF NEW. Rendimentos mássicos.

Margem refinação Óleos Base: -100% Arabian Light, +3.5% LPG FOB Seagoing (50% Butano+ 50% Propano), +13,0% Nafta NWE FOB Bg., +4,4% *Jet* NWE CIF, +34,0% ULSD 10 ppm NWE CIF, +4,5% VGO 1,6% NWE FOB cg, +14,0% Óleos Base FOB, +26% HSFO 3,5% NWE Bg.; Consumos: -6,8% LSFO 1% NWE FOB Cg.; Quebras: 0.6%; Taxa de terminal: 1\$/ton; Quebras oceânicas: 0,15% sobre o dated Brent; Frete 2008: WS Aframax (80 kts) Rota Sullom Voe / Roterdão -

Raso 5,13\$/ton. Rendimentos mássicos.

Margem Hydroskimming + Aromáticos + Óleos Base de Roterdão = 65%
Margem hydroskimming de Roterdão + 15% Margem aromáticos de Roterdão +
20% Margem refinação Óleos Base.

Replacement cost ("RC")

De acordo com este método, o custo das mercadorias vendidas é avaliado a *Replacement Cost*, isto é, à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou no fim dos períodos. O *Replacement Cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (POC e IFRS), não sendo consequentemente adoptado para efeitos de avaliação de existências e não reflectindo o custo de substituição de outros activos.

ABREVIATURAS

bbl: barris; BBLT: Benguela, Belize, Lobito e Tomboco; bbl/d: barris por dia; Bg: *Barges*; Cg: *Cargoes*; CIF: *Costs, Insurance and Freight*; CLC: Companhia Logística de Combustíveis; CLH: Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A.; CMP: Custo Médio Ponderado; DGEG: Direcção Geral de Energia e Geologia; E&P: Exploração & Produção; EUA: Estados Unidos da América; €: Euro; FCC: *Fluid Catalytic Cracking*; FIFO: *First In First Out*; FOB: *Free on Board*; G&P: Gas & Power; GNL: Gás Natural Liquefeito; IAS: *International Accounting Standards*; IEA: Agência Internacional de Energia; IFRS: *International Financial Reporting Standards*; LIFO: *Last In First Out*; LSFO: *Low sulphur fuel oil*; m³: metros cúbicos; OMIP: Operador do Mercado Ibérico de Energia; OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, PM UL: *Premium unleaded*; p.p.: pontos percentuais; PSA: Production Sharing Agreement; R&D: Refinação & Distribuição; RCA: *Replacement cost* ajustado; s.s.: sem significado; SXEP: *Índice DJ Europe Oil & Gas*; TL: Tómbua Lândana; ULSD CIF Cg: *Ultra Low sulphur diesel CIF Cargoes*; Usd: dólar dos Estados Unidos.

DISCLAIMER

Este Relatório & Contas contém declarações prospectivas ("forward looking statements"), no que diz respeito aos resultados das operações e às actividades da Galp Energia, bem como alguns planos e objectivos da empresa face a estas questões. Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeia", e outros termos similares, visam identificar tais forward looking statements. Os forward looking statements envolvem, por natureza, riscos e incertezas, em virtude de estarem associados a eventos e a circunstâncias susceptíveis de ocorrerem no futuro. Os resultados e desenvolvimentos reais poderão diferir significativamente dos resultados expressos ou implícitos nas declarações em virtude de diferentes factores. Estes incluem, mas não se limitam, a mudanças ao nível dos custos, alterações ao nível de condições económicas e alterações a nível regulamentar.

Os forward looking statements reportam-se apenas à data em que são feitos, não assumindo a Galp Energia qualquer obrigação de os actualizar à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros, nem de explicar as razões porque os resultados efectivamente verificados são eventualmente diferentes.

**Direcção de Relações com Investidores
e Comunicação Externa**

Tel: +351 21 724 08 66

Fax: +351 21 724 29 65

E-mail: investor.relations@galpenergia.com

Website: www.galpenergia.com



Galp Energia, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Rua Tomás da Fonseca Torre C, 1600-209 Lisboa

Capital Social: 829.250.635 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Pessoa Colectiva 504 499 777